

Fogo de palha

Sexual Personae

PAGLIA, Camille.

New York: Vintage, 1991.

Personas Sexuais

São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
(tradução: Marcos Santarrita)

O sucesso de vendagem dos livros de Camille Paglia nos Estados Unidos constitui um fenômeno que não pode ser atribuído exclusivamente às manipulações da mídia. É impossível dissociar a recepção que as suas teses tiveram da crise atual nas relações entre homens e mulheres que tem se evidenciado nas denúncias dos "assédios sexuais" e em separações paradigmáticas como a de Woody Allen e Mia Farrow. Camille Paglia levanta a bandeira de que a guerra entre os sexos é intrínseca à natureza humana. O erro das feministas, segundo Paglia, seria não enxergar a profunda imanência da natureza humana e a inevitabilidade desta guerra.

Mas é preciso distinguir a Camille Paglia das entrevistas, bastante polêmicas, da autora do livro recentemente lançado no Brasil. Escrito na primeira pessoa, em um arrazoado que fascina pela pretensão de seus propósitos, *Personas Sexuais* defende a tese de que existe *continuidade e unidade na cultura ocidental* e que esta caracteriza-se pelo fato do "judaísmo-cristianismo nunca ter derrotado o paganismo, ainda florescente na arte, no erotismo, na astrologia e na cultura pop"¹. Camille Paglia afirma, ao longo de seu extenso ensaio, o poder da natureza e a inu-

tilidade dos esforços culturais para domar o indomável.

No prefácio, Paglia enfatiza que sexo e natureza "são brutais forças pagãs" e que considera verdadeiros os "estereótipos sexuais e o *substratum* natural da diferença entre os sexos". Ela explica a predominância masculina na criação do mundo civilizado pelo fato de que toda realização cultural "é uma projeção, um desvio para a transcendência, sendo que os homens estão anatomicamente destinados a serem projetores" (p. 17). Os homens são os criadores da Cultura e a superioridade masculina está inscrita na própria lei da Natureza. Neste sentido, os homens "transcendem" a Natureza, ou melhor, são transcendentais por natureza.

Os valores masculinos (apolíneos) são hierarquicamente superiores aos femininos (ctônicos, dionisíacos). A natureza, por sua vez, tem uma imanência de ordem superior à espécie humana. Só que para Paglia o poder da Natureza não tem a mesma força romântica que a visão dos ecologistas. "O que é belo na natureza", diz ela, "se reduz a uma fina pele do globo (...)". Basta raspar tal pele para que a "feiúra demoníaca da natureza irrompa", diz Paglia logo nas primeiras páginas. Desta concepção da natureza como feiúra, bem ou mal encoberta pela tênue pele da esfera terrestre, desprende-se sua concepção sobre a feiúra da natureza humana. As forças primitivas que povoam homens e mulheres dificilmente podem ser domadas pela civilização.

O livro tem a pretensão enciclopédica do *Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir sem compartilhar de suas qualidades. Beauvoir insistia na tese da construção social: "ninguém nasce mulher, torna-se mulher" é sua frase universalmente mais citada. Neste sentido, as mulheres, a exemplo dela própria, poderiam optar por uma vida mais transcendente, desde que se liberem da escravidão doméstica. Em última instância, para poder ocupar um lugar de igualdade com os ho-

¹ O tradutor da versão brasileira equivocadamente traduziu *pop culture* por "cultura popular". Preferi manter minha tradução pessoal do inglês nesta e em outras passagens. Assim, a numeração entre parágrafos refere-se ao original em inglês.

mens é preciso abdicar daquilo que, para a esmagadora maioria das mulheres, constitui seu aspecto mais feminino: o ser mãe.

Camille Paglia também denuncia os riscos da maternidade, mas justamente para confirmar sua tese de que os seres humanos são biologicamente determinados, e que nada pode mudar a agressividade masculina e a passividade feminina. A mulher está presa à maternidade de seu corpo e, neste sentido, impedida de transcender. "O feminismo tem sido simplista ao afirmar que os arquétipos femininos são falsidades politicamente motivados pelos homens. A repugnância histórica pela mulher tem uma base racional: repulsa é a adequada resposta da razão à grosseria da natureza procriativa" (p.23). Assim, onde Simone de Beauvoir aponta para uma contradição - da qual o feminismo não conseguiu entender todas as dimensões - Paglia decreta a fatalidade biológica. *No way out.*

O desconforto de Paglia com a condição feminina - desconforto que também é nitido em Simone de Beauvoir, de quem Paglia é uma versão bufônica - não invalida seu questionamento com respeito às particularidades da identidade feminina. As feministas norte-americanas - com raras e honrosas exceções - fizeram uma leitura pobre e preconceituosa da obra de Freud e insistem em afirmar que o amor materno é uma criação social, como se isto resolvesse a questão da maternidade. Como negar o desejo de ter filhos? Como negar que a criança será mais feliz se for amada e bem tratada? A verdade é que as crianças só têm a ganhar quando nascidas numa família heterossexual, em que os pais tenham uma boa relação e amem seus filhos. As análises culturalistas e/ou "pós-modernas" terminam por negar o corpo e seus limites, como se as dimensões do simbólico e do imaginário pudessem ser pensadas separadamente do corpo que "suporta" as relações sociais.

Paglia também não sai das generalidades sobre a "miséria procriativa" e a sempre presente dimensão ctônica da Natureza. Sua leitura de Freud é tão superficial quanto a das feministas norte-americanas que ela tanto critica. Além do seu completo desconhecimento da produção psicanalítica contemporânea, especialmente a francesa, o que denota seu etnocentrismo, Paglia também ignora as boas contribuições em língua inglesa, como as de Juliet Mitchell e Nancy

Chodorow. Ela declara-se "pró-aborto" e "pró-pornografia" o que, como programa político, é muito pobre. Sua defesa do aborto tem pouco a ver com o tema da maternidade responsável e muito mais a ver com seu horror às crianças. Já o apelo à pornografia pode ser relacionado ao seu desprezo pelo amor. Ela só reconhece a atração "irracional", vale dizer, perversa e bestial.

Finalmente, a "contestadora" Camille defende a velha tese da irremediável hierarquia estabelecida pela natureza. No esforço de evocar a importância das obscuras forças instintivas, ela desqualifica o esforço civilizatório que busca formas democráticas de convivência para a sociedade humana. A visão política de Paglia, decorrente de sua escala de valores hierárquica e antidemocrática, é extremamente conservadora. Ela abomina qualquer teoria que preconize a igualdade de direitos, daí seu profundo antiliberalismo.

No entanto, o maior problema do livro não é ideológico, mas teórico. A tão propagada "extraordinária erudição" de Camille Paglia encontra-se bastante comprometida pelos próprios limites de sua análise. Fiel ao lema de que uma tênue pele separa a beleza da superfície da feiúra dos conteúdos internos, Paglia obsessivamente descobre o "demoníaco" em tudo o que vê. Sua visão do Renascimento, por exemplo, é bastante discutível. "O Renascimento, um retorno da imagem e da forma pagã, foi uma explosão das *personas* sexuais", diz ela. "O Renascimento liberou o olhar ocidental, reprimido pelo Cristianismo das Idades Médias. Neste olhar, sexo e agressão estão amoralmente fusionados" (p. 14). Como não contrapor esta visão tão limitada de Paglia às palavras de Burckhardt que fala do "fruto sublime daquele conhecimento do mundo e do homem que, por si só, demanda que se confira ao Renascimento italiano o título de guia e farol de nossa época?"

A profunda delicadeza e serenidade da Mona Lisa são negadas por Paglia que a descreve como "a embaixatriz de tempos primevos, quando a Terra era um deserto inóspito para o homem". O rio que serpenteia no plano do fundo do quadro é interpretado como uma alusão ao seu "frio e demoníaco coração" (p. 147). A mesma e recorrente temática do eterno retorno do dionísio, da natureza demoníaca e irreprimível, em oposição aos valores apolíneos unifica

seus diversos ensaios sobre clássicos da literatura ocidental. Assim, Goethe é apresentado como um discípulo de Rousseau que "iniciou a auto-consciência literária alemã num tumulto de ambigüidades sexuais" (p. 147). William Blake, por sua vez, "é o Sade britânico", assim como Emily Dickinson "é o Sade norte-americano. (...) Blake fez da guerra dos sexos o primeiro conflito teatral do romantismo Inglês (p. 271).

Camille Paglia é, nesta medida, um fenômeno norte-americano. Os temas que aborda, suas opiniões e interlocutores são, portanto, bastante específicos. Assim, por maior que seja o esforço da mídia para torná-la um sucesso internacional, pela publicidade às suas declarações retumbantes, do tipo "eu criei Madonna e agora vou destruí-la" (sic), no Brasil suas idéias dificilmente causarão a polémica que seus editores desejariam. A primeira barreira é mesmo o preço do livro. Depois, as dificuldades da leitura: são quase 700 páginas (edição Vintage, 1991) agrupadas em 24 capítulos, versando sobre filosofia, arte e literatura, dos gregos aos modernos. Para leitores com verdadeira dispo-

sição de leitura a bibliografia utilizada por Paglia pode ser muito mais enriquecedora do que suas polémicas teses sobre arte e literatura. Como tudo que é modismo, as *Personas Sexuais* terão a mesma duração do que fogo na palha. E a autora do livro, como toda sua inteligência e verve, provavelmente sabe disto.

MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGAN, Giulio Carlo. *Storia Dell Arte Italiana - 2. Da Grotto a Leonardo Firenze*, Sansoni per la Scuola, seconda ristampa, 1991.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo* São Paulo Difusão Européia do Livro, 2ª edição, 1960
- BUCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo Companhia das Letras, 1991.
- MITCHELL, Juliet. *Psychoanalysis and Feminism* Nova Iorque Pantheon Books, 1974.
- WORFFLIN, Heinrich. *Renascença e Barroco* São Paulo Perspectiva, 1989

Solidariedade mais do que irmandade: a nova meta do feminismo

Segregated Sisterhood: Racism and the Politics of American Feminism

CARAWAY, Nancie.

Knoxville: The University of Tennessee Press, 1991.

Por ter como foco principal a questão do racismo e a prática política do feminismo americano (como o subtítulo do livro indica), o estudo de Nancie Caraway traz uma contribuição muito importante para a teoria e prática do feminismo não apenas nos Estados Unidos, mas também no Brasil. Cada dia se torna mais urgente que nós feministas brasileiras enfrentemos a questão do racismo no Brasil e entre nós, isto é, que pensemos sobre a questão de nossa própria *segregated*

sisterhood, cuja tradução em português seria "irmandade segregada"¹.

Muito tempo se passou desde 1971, quando o movimento feminista americano lançou o slogan "Sisterhood is blooming; springtime will never be the same". Sem dúvida, com o florescer da "irmandade", as primaveras passaram a ter um sentido diferente, de busca de mudança e construção de uma nova identidade de mulher. Porém, logo no início da década de 80, as mulheres pretas e as mulheres de cor (*women of color*)

¹ A palavra "sisterhood" indica unificação de mulheres em torno de uma causa comum. Não temos em Português uma palavra que indique uma relação apenas entre mulheres. O termo "irmandade" se refere a relações entre irmãos. De qualquer forma, utilizar "irmandade" aqui, me referindo à relação entre mulheres, irmãs

nos Estados Unidos começaram a denunciar o racismo contido nessa nova identidade de mulher, a qual se baseava na experiência das mulheres brancas, ignorando totalmente as experiências das mulheres não brancas, que eram marcadas não apenas pelas relações de gênero, mas pelo racismo da sociedade americana. A noção de "irmandade" passou, então, a ser duramente criticada pelas escritoras feministas pretas e pelas mulheres de cor dos Estados Unidos².

Ainda que as mulheres brancas, de um modo geral, tenham levado algum tempo para ouvir e compreender as críticas feitas à noção de "irmandade"³, já no final da década de 80 começaram a responder a esta crítica com seriedade, publicando textos que representam contribuições fundamentais para a construção de uma nova teoria feminista. O livro de Caraway faz parte dessas publicações. Farei um breve resumo de seu estudo e em seguida tentarei discutir algumas questões importantes que ele suscita para nós estudarmos aqui no Brasil.

Na introdução de seu livro, Caraway discute a questão da **diferença**, que é central na crítica da noção de "irmandade". Segundo ela, a teoria das feministas americanas pretas expõe a violência desta noção e provê o conhecimento necessário para

identificar "as diferenças que fazem diferença" (p.6). Essa teoria, que Moraga e Anzaldúa chamam de "teoria na carne", mostra a necessidade de se prestar atenção ao contexto em que concretamente se vivem diferentes formas de opressão e de se tentar fazer uma ponte entre elas. O livro discute as diversas formas do feminismo fazer esta ponte, sempre partindo da "teoria feminista na carne".

Na primeira parte do livro, Caraway discute as relações dessa teoria com estudos do pós-colonialismo, estuda as práticas políticas e culturais do feminismo que busca reatar vínculos com a África, e finalmente faz aproximações da teoria das feministas pretas com o pós-modernismo. Caraway considera que o texto de Albert Memmi, *The Colonizer and the Colonized* (Boston: Beacon, 1967), ajuda a compreender o projeto das feministas pretas, na medida em que, assim como Memmi, elas se recusam a se definir pelas categorias do colonizador, buscando a independência coletiva de seu povo, para emergir como um novo sujeito. Caraway mostra como os textos de Lorde e Hooks representam novos paradigmas feministas de conceituação da diferença e alteridade. Para ela, esta conceituação passa necessariamente pela experiência de escravidão do povo afro-americano e não pode se restringir a considerar a opressão apenas em termos de gênero. Talvez o fosso maior entre as interpretações da prática feminista pelas mulheres pretas e brancas esteja justamente na intensa ligação das primeiras com "uma comunidade mais ampla de aliança e coletividade histórica" (p.42). Para pretas e pretos nos Estados Unidos, a necessidade de lembrar e recuperar o passado que os brancos tentaram destruir tem sido parte essencial de sua trajetória de se tornar "americanas/os". Se, por um lado, este senso de pertencimento a uma "humanidade" comum coloca as teorias das mulheres pretas feministas em antagonismo com o pós-modernismo, por outro lado, a própria experiência de ser "mulher preta" estabelece um paralelo entre este último e aquelas teorias. Caraway vê este paralelo se estabelecendo no trabalho de Haraway, que constrói um pós-modernismo feminista através da mitologia do "cyborg". Segundo Haraway, a apropriação consciente da negação de uma única identidade pelas "mulheres de cor" e pelas mulheres pretas é fundamental

² Em 1981, Angela Davis publicou seu livro *Women, Race and Class* (New York: Random House), Bell Hooks publicou seu *Ain't I a Woman black women and feminism* (Boston: South End Press), o primeiro de uma longa série, Cherrie Moraga e Gloria Anzaldúa editaram *This Bridge Called My Back Writings by Radical Women of Colour* (Watertown: Persephone Press). Em 1983, Chela Sandoval publicou seu artigo "Women respond to Racism" (*Occasional Paper Series*) e Diane Lewis publicou "A response to Inequality. Black Women, Racism and Sexism" (*The Signs Reader*). Em 1984, Audre Lorde publicou seu livro *Sister Outsider*. Estas publicações representam um marco importante na construção da teoria feminista nos Estados Unidos.

³ Donna Haraway constitui uma importante exceção neste sentido. Desde o final da década de 70, ela já vinha pesquisando a intrincada relação das noções de gênero, raça e natureza, que ela discute em seu livro *Primate Visions*, publicado em 1989 (New York: Routledge). Em 1985, Haraway publicou seu artigo "A Manifesto for Cyborgs: Science, Technology, and Socialist Feminism in the 1980s" (*Socialist Review*, no. 80), onde mostra a importância da construção da "identidade histórica" das mulheres de cor nos Estados Unidos.

Para ela, as mulheres pretas estavam no final de uma série de identidades negativas e não estavam incluídas nem nas categorias de oprimidos - mulheres e pretos, que argumentavam estar fazendo revoluções importantes.

"A categoria 'mulher' negava todas as mulheres não brancas; 'preto' negava todas as pessoas não pretas, bem como todas as mulheres pretas. Porém, não havia uma 'ela', nenhuma singularidade, mas um mar de diferenças entre as mulheres dos Estados Unidos que afirmaram sua identidade histórica como mulheres de cor dos Estados Unidos (Haraway, citado em Caraway, p.58).⁴

Se, sem dúvida, é importante estabelecer vínculos com outras produções de teoria, para se entender a importância da teoria feminista que as mulheres pretas americanas estão produzindo é preciso também examinar como se produziu a alteridade das mulheres pretas simbólica e historicamente. A segunda parte do livro é dedicada a este exame e é aí que fica mais evidente a separação entre mulheres pretas e brancas. Simbolicamente, há uma complexa interrelação entre a ideologia de subordinação de gênero e de raça, através de uma codificação diferenciada dos corpos de mulheres pretas e brancas. Enquanto estas últimas são consideradas sexualmente "puras" e frágeis, delicadas, não sendo capazes de trabalhos pesados, as primeiras são vistas como "super-excitadas" sexualmente, e como fortes e capazes de fazer os trabalhos pesados, como escravas ou empregadas domésticas. Tudo isto, aliado ao fato de o corpo da mulher branca ser tomado como o padrão, em termos de estética, por um lado, coloca a mulher branca num pedestal, e por outro, torna extremamente problemático para as mulheres pretas lidar com noções do "feminino" e de "mulher" e construir sua identidade baseada nessas noções.

⁴ Em artigo recente, Haraway mostra a importância da figura de uma mulher preta, Sojourner Truth, na construção da noção de humanidade "numa paisagem pós-humanista". Segundo Haraway, Truth, cujo nome quer dizer "verdade itinerante" é um "sujeito excêntrico" que pode nos ajudar a imaginar "uma humanidade cujas partes são sempre articuladas através de tradução". Ver "Ecce Homo, Ain't (Ar'n't) I a Woman, and Inappropriate/d Others: The Human in a Post-Humanist Landscape" In Butler, J. e Scott, J, *Feminists Theorize the Political* (New York: Routledge, 1992)

Historicamente, Caraway documenta como as lutas feministas das mulheres pretas americanas foram excluídas dos relatos oficiais das lutas feministas pelo direito de voto - a chamada "primeira onda do feminismo" -, que começou no século XIX. Se, por um lado, as feministas brancas partiram em busca de sua história, argumentando que esta havia sido silenciada num mundo de homens, as historiadoras feministas pretas argumentam que houve não apenas silêncio por parte das feministas brancas em relação à história das feministas pretas, mas houve também traição contra estas e racismo no desenrolar da luta sufragista.

O livro conclui com o argumento central de que a noção de irmandade deve ser substituída pela de uma prática feminista multicultural de solidariedade. Caraway utiliza o conceito de solidariedade de acordo com Chantal Mouffe, que vem desenvolvendo a idéia de uma "democracia radical", "uma nova teoria democrática para diversos agentes políticos", que se torna possível com a atual "dissolução dos marcos de certeza" (p.193). As noções de direito e cidadania, "tradicionalmente reivindicadas pelo discurso liberal do individualismo possessivo", são redimensionadas "num contexto mais amplo, de coalizão amigável" (p.194), onde se lida com diferenças concretas, e não com essências abstratas que as reificam. E, sobretudo, onde se respeita essas diferenças, sem se forçar identificações ou identidades.

Talvez por se basear em documentos e dados de pesquisa na segunda parte do livro, Caraway consegue articular melhor seu argumento aí do que na primeira parte, onde ela às vezes se perde na tentativa de articular a teoria feminista produzida pelas mulheres de cor com estudos do pós-colonialismo e do pós-modernismo. Esta segunda parte também me parece mais útil para nós pensarmos a questão das relações do racismo e feminismo no Brasil e concordar absolutamente com Caraway, que aqui também será mais frutífero para nossa teoria e nossa prática pensarmos menos em "irmandade" e mais em solidariedade e coalizão amigável entre nós mulheres.

O que se constata aqui no Brasil é ainda o silêncio quase absoluto das mulheres pretas e de cor. Por um lado, os estudos que se interessam pela questão racial no Brasil geralmente não consideram a questão de gênero. Nestes estudos, a condição de ser

mulher e preta é raramente estudada. No estudo fundamental da psicanalista Neusa Souza, *Tornar-se Negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social* (Rio: Graal, 1983), por exemplo, a mulher preta tem uma posição de destaque, porém sua condição de mulher não é especificamente estudada. Por outro lado, as produções feministas sobre "a mulher" ou sobre relações de gênero geralmente não consideram a questão racial. A ausência da mulher preta fica especialmente evidente quando se considera estudos que pretendem dar uma visão do movimento de mulheres no Brasil, como o estudo importante de Branca Moreira Alves sobre *Ideologia & Feminismo: A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil* (Petrópolis: Vozes, 1980). E no livro de Maryvonne Lapouge e Clelia Pisa, *Brasileiras: voix, écrits du Brésil* (Paris: des Femmes, 1977), há uma única mulher preta, Carolina Maria de Jesus, que representa a favela e o emprego doméstico. As autoras comentam sobre a situação de privilegiadas das demais entrevistadas e sobre o fato de serem todas brancas, e comentam como é difícil para a população negra ascender em nossa sociedade, ainda que sua presença sempre tenha sido "considerável". Porém, novamente, a questão da mulher preta, enquanto tal, é silenciada.

Este nosso silêncio no Brasil sobre nosso racismo se torna mais contraditório na medida em que o movimento de mulheres aqui sempre se preocupou com nossas diferenças de classe e procurou estar atento ao que dizem as mulheres pobres, que constituem a grande maioria da população. Nossa prática, que atualmente se concentra em ONGs, está buscando o diálogo com essas mulheres, de modo a que elas possam atender a suas próprias necessidades. Além disso, nosso movimento tem feito alianças importantes com o movimento negro. Graças à nossa ação conjunta, conseguimos dar um passo no sentido de libertar as empregadas domé-

ticas da extrema dependência que têm das patroas. Na Constituição de 1988, elas adquiriram direitos iguais aos de outras pessoas que trabalham. Porém, a verdadeira emancipação da empregada doméstica só será conseguida quando a patroa também se libertar da dependência que tem da empregada, e isto só será possível se começarmos a refletir seriamente sobre as interrelações do racismo com nossa opressão de gênero.

É preciso, então, que comecemos a prestar atenção às diferenças de nossas experiências em termos de nossas relações raciais e que pensemos sobre o que nos diz Souza em seu trabalho: "A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio. (...) Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas" (1983:17-18). De acordo com o que nos mostra Caraway, esta experiência é muito semelhante à das mulheres pretas nos Estados Unidos. Lá as feministas brancas começaram a prestar atenção a esta experiência extremamente dolorosa, e, principalmente, a pensar em quê elas próprias têm contribuído para que esta situação se perpetue ou para que ela mude. Naturalmente, esta mudança por parte das feministas brancas vem da energia e organização das próprias mulheres pretas e das mulheres de cor, porém interessa a todas nós. Como mostra Caraway, a partir do momento que essas mulheres começaram a teorizar sobre suas experiências, já não se pode pensar em gênero como uma categoria isolada de outras categorias de análise de relações de dominação. A partir das experiências e das teorias das mulheres pretas e das mulheres de cor nós sabemos que só será possível uma verdadeira mudança nas relações de gênero se mudarmos todas as outras formas de opressão.

SANDRA AZERÊDO ■

E. Badinter ou a arte da conciliação

XY, de l'Identité Masculine

BADINTER, Elisabeth.

Paris: Odile Jacob, 1992.

E. Badinter tem o dom de "captar as idéias no ar", misturá-las com suas numerosas leituras e assim produzir um livro de sucesso. Em 1980, ela publicava *L'Amour en Plus*, um panfleto contra a noção de "instinto materno" que o próprio movimento feminista contemporâneo já havia denunciado muitos anos antes. Em 1986, em seu livro *L'un est l'autre*, ela declarava, ao mesmo tempo, que "o patriarcado está morto" e que os papéis sexuais estavam em vias de desaparecimento, cedendo lugar a um novo tipo de indivíduo, andrógino¹. Naquela ocasião, ela encontrava inspiração tanto na ofensiva ideológica da direita e da esquerda oficial, para a qual o feminismo estava superado, quanto nos debates a respeito das novas técnicas de reprodução. Agora, E. Badinter se volta de maneira comovida para o gênero masculino, maltratado pelo feminismo que ela pretende continuar defendendo, e para a natureza que teria pregado aos homens a peça de fazê-los nascer do ventre de mulheres.

Para se tornar um homem, o menino tem de "convencer a si mesmo e aos outros de que não é uma mulher, nem um bebê, nem um homossexual". O livro é construído em torno dessa idéia simples. Ao longo dele, a autora nos descreve o terrível percurso, semeado de obstáculos, que o embrião masculino, depois o bebê, mais tarde a criança do sexo masculino e finalmente o homem adulto, devem seguir para encontrar sua "identidade masculina".

"Não se nasce homem; torna-se homem"

Em momento algum, E. Badinter faz uma reflexão sistemática a respeito das noções

1 *L'Amour en Plus* Paris Flammarion, 1980, *L'un est l'autre* Paris Odile Jacob, 1986, cf *Les Cahiers du Féminisme*, nº 37, outono de 1986

de "identidade masculina", de "masculinidade" ou de "qualidades masculinas" que ela emprega como sinônimos e sem o recurso das aspas². Somente no decorrer da leitura é que descobrimos uma definição implícita e eclética, formulada em duas dimensões. A primeira se refere à história das sociedades. Segundo a autora, todas as sociedades definem formas oficiais, embora diferentes, de marcar a passagem do mundo feminino para o mundo masculino. Entre os sambas e os barúas da Nova Guiné, por exemplo, os meninos, ao atingirem a puberdade, são violentamente arrancados de suas mães e submetidos a rituais de iniciação mais ou menos "bárbaros". Durante muitos anos, serão educados, na verdade reeducados, pelo grupo dos homens, na casa dos homens. Na Europa, sob o Antigo Regime, os jovens da nobreza partiam para conviver com famílias estrangeiras a fim de seguir sua educação como jovens senhores. Mais tarde, os liceus para rapazes assumiram a função de transmitir esses valores "viris" aos filhos das famílias respeitáveis. Finalmente, no século XX, são os movimentos de escoteiros e, principalmente, o desenvolvimento dos esportes coletivos³ baseados na violência e na competição que permitem fortalecer a virilidade dos rapazes prejudicada durante a primeira infância. Como lembra E. Badinter, a separação entre as esferas da produção e da família, entre o homem "provedor" e a mulher que educa, é a característica distintiva da sociedade industrial. Dessa maneira, o homem é afastado dos seus filhos, o que traz consequências particularmente terríveis, na opinião da autora, para os filhos do sexo masculino, que ficam sem um modelo de identificação digno deste nome.

Segundo Badinter, essas crianças, sufocadas pelas mães, correm então o risco

2 Esse trabalho de reflexão crítica foi realizado de modo extraordinário por N. Claude-Mathieu, ainda que não aceitemos na íntegra suas análises. Ver, *L'Anatomie Politique* Paris Côté-femmes, 1991

3 Muito admira que E. Badinter não faça a menor referência ao Exército, instituição integralmente consagrada à transmissão desses valores "viris" aos jovens

de não mais saber a que sexo pertencem⁴ ou de desenvolver uma extrema agressividade em relação às mulheres, misoginia e homofobia explicáveis pelo recalçamento de sua "porção de feminilidade". É o tempo do homem "duro". Mas, várias vezes na história, o homem machista teve suas certezas abaladas pelas feministas e pelos homossexuais. Hoje em dia, as novas mulheres não são apenas mães, mas pessoas ativas que reivindicam a divisão das tarefas domésticas, etc. O homem machista é substituído por um homem "culpado", um homem "mole", que "renuncia voluntariamente aos privilégios masculinos (...)", e que, ao mesmo tempo, renuncia à sua "masculinidade".

Uma concepção psicologizante da sociedade

A segunda dimensão relativa à masculinidade é de ordem psicológica. Esta é, aliás, a dimensão manifestamente mais importante para Badinter. No fim do livro, a autora anuncia o nascimento de um novo homem finalmente reconciliado consigo mesmo, que assume sua "bissexualidade", quer dizer, suas "qualidades femininas" indispensáveis para fazer dele um homem sem reservas, capaz de expressar suas emoções, amoroso para com os filhos etc., bem como suas "qualidades masculinas". "Já é hora", escreve E. Badinter, "de fazer o louvor das virtudes masculinas que não são adquiridas de modo passivo ou com facilidade, mas que se afirmam através de sacrifícios e exigências da vida. Essas virtudes se chamam domínio das emoções, desejo de auto-superação, prazer do risco e do desafio, resistência à opressão... condições necessárias para a criatividade, assim como para a dignidade. Essas virtudes pertencem aos seres humanos tanto quanto as virtudes femininas. As últimas conservam o mundo, as primeiras fazem retroceder seus limites.(...) separadas, elas podem transformar-se em pesadelo: o auto-controle pode virar neurose, o prazer do risco pode tornar-se suicídio, a resistência pode dar em agressão. Inversamente, as virtudes femininas, tão exaltadas hoje em dia, se não

forem temperadas pelas virtudes masculinas, podem conduzir à passividade e à subordinação" (p. 277).

Depois dessa frase, quase nos perguntamos se não teria havido um engano. Qual nada! Nessa citação, E. Badinter torna explícito um conteúdo que perpassa de modo mais ou menos claro todo o seu livro: a assimilação entre o feminino e a passividade, o masculino e a atividade, num retorno aos antigos estereótipos da ideologia patriarcal conforme conceituada por Freud e mais ainda por seus discípulos. Esses preconceitos são os mesmos que ela havia denunciado, como outras o fizeram antes dela, em seu livro *L'Amour en Plus*. Como justifica Badinter tal assimilação? Fazendo-a simplesmente derivar daquela primeira fase de fusão entre o feto e a mãe, ao longo dos nove meses da gravidez, e mais tarde entre o bebê e sua mãe durante os primeiros meses de vida: "Essa primeira relação erótica (a amamentação, nota de J.T.) ensina ao bebê o nirvana da dependência passiva e deixará traços indeléveis no psiquismo do adulto. Mas as consequências da experiência não são as mesmas para os meninos e as meninas. Para estas, a experiência está na raiz de sua identificação com o próprio sexo, enquanto que para o menino ela é uma inversão dos papéis posteriores. Para se tornar um homem, o menino deverá aprender a se diferenciar da mãe e a recalcar no mais fundo de si mesmo aquela deliciosa passividade" (p. 75-76). Para se tornar uma mulher, a menina deveria, ao invés, cultivar tal passividade? Qual a referência da noção de "papéis"?

A autora não responde a essas perguntas; ao contrário, ela insiste por diversas vezes na idéia de que "a masculinidade" é um aprendizado longo e doloroso, enquanto que a "feminilidade" está inscrita no desenvolvimento "natural" da menina. Em apoio à sua tese, a autora cita a frase de Guy Corneau, de 1989: "Em outras palavras, as menstruações que possibilitam à adolescente ter filhos fundamentam sua identidade feminina; trata-se de uma iniciação natural que a leva do estado de menina para o estado de mulher; no homem, ao contrário, um processo educacional deve substituir a natureza" (p. 108).

Uma abordagem essencialista

Nós discordamos dessa concepção "naturalista" do desenvolvimento da meni-

4. Na página 94, E. Badinter faz menção ao escritor Phillip Roth que, aos quatro anos "mal sabia a que sexo pertencia". Ora, Roth descreve exatamente o contrário, recordando suas primeiras emoções sensuais quando sua mãe vestia as meias

na em "mulher". A passagem não é nada simples, como bem demonstrou Christiane Olivier, embora sem citar Badinter⁵. Enquanto que, desde cedo, o sexo do menino é valorizado (inclusive acariciado) pela mãe e as pessoas que o cercam, o sexo da menina não existe. Ela é - ou, pelo menos, era até muito recentemente - uma criança amada, mas assexuada (exceto nos casos de agressão sexual que C. Olivier tende a esquecer). Com a chegada das regras, a menina entra de modo brutal no mundo das mulheres, esses seres desejáveis, estando "destinada" socialmente a ser um objeto sexual e, mais tarde, mãe. Se a passagem fosse assim tão simples, por que razão muitas adolescentes se tornam anoréxicas exatamente no momento da puberdade?

Tomar consciência de sua identidade sexual não é só tomar consciência da diferença entre os órgãos genitais. Nesse ponto concordamos com E. Badinter. A consciência da identidade sexual põe em ação complexos processos psicossociais. Mas não se trata, primeiro, de um processo psicológico, localizado na primeira infância e, depois, de um processo social, como deixa transparecer a própria estrutura do livro. A criança está mergulhada em um ambiente familiar socialmente codificado desde os primeiros meses de vida. Em uma sociedade patriarcal, todos nós assimilamos, consciente ou inconscientemente, as relações de poder estabelecidas entre o grupo dominante dos homens e o grupo das mulheres. Dentro dessa perspectiva, como se pode interpretar o fato de que apenas na página 128 E. Badinter afirma que o status de dominador "constitui a essência do sentimento de identidade masculina"?

A resposta se encontra na sua abordagem teórica. Embora ela o negue, apesar de sua denúncia do "mito pernicioso" do instinto materno e de sua defesa de "uma revolução paterna", E. Badinter mantém-se pre-

sa a um "essencialismo" que é, ele mesmo, prejudicial; não se poderia de outro modo explicar por que ela teria mantido, sem qualquer crítica, noções como as de "qualidades masculinas" e "qualidades femininas".

Propor a idéia de que o novo ser humano se construíra sobre a base de uma "união paradoxal" entre a "feminilidade" e a "masculinidade", é escamotear a questão da perturbação das categorias sexuais tais como funcionam ainda hoje. Se crianças dos dois sexos necessitam conquistar sua autonomia para se tornarem adultas, por que razão deveriam ser moldadas primeiramente segundo os esquemas de comportamento estereotipados que são especialmente adaptados a uma sociedade onde os homens continuam a dispor de numerosos privilégios, ainda que seu poder tenha sofrido um primeiro golpe?

O mérito de E. Badinter é o de estimular os homens heterossexuais a se interrogarem sobre seu medo de ser confundidos com mulheres ou com homens homossexuais, de popularizar a diferença entre "identidade" e "preferência sexual"; mas, em vez de convencer os homens a ir fundo neste medo, ela os tranqüiliza. Não é preciso renunciar às marcas da "virilidade". Basta compensá-las com uma pitada de "feminilidade". Não, é preciso subverter todo nosso sistema de referência (e, portanto, a divisão sexual e social do trabalho) e repensar nossos valores em termos de valores humanos, o que não é nada óbvio nesses tempos de guerra...

JOSETTE TRAT ■

(Tradução de Vera Pereira)

Este artigo deve ser publicado no número duplo 63/64 da revista *Cahiers du Féminisme*, primavera de 1993. Agradecemos à autora e aos *Cahiers* por terem autorizado graciosamente sua tradução.

5. *Les Enfants de Jocaste*. Paris Denoel-Gonthier, 1980.

Ambivalências do desejo

Vida de Mulheres - cotidiano e imaginário

MASSI, Marina.

Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

O mercado editorial continua sendo brindado com trabalhos acadêmicos originais e interessantes, que vêm corroborar o mérito, por vezes injustamente questionado, das teses de mestrado e doutorado, cujo conteúdo seria, por assim dizer, inversamente proporcional ao investimento em tempo e recursos exigido para sua realização. A dissertação de mestrado de Marina Massi apresentada ao Instituto de Psicologia da USP e agora publicada em livro, sob o título *Vida de Mulheres*, dá a exata medida do alcance dos bons trabalhos acadêmicos.

Partindo da constatação de uma crise nas representações do Masculino e do Feminino, crise essa que parece ampliar e aguçar os conflitos entre os sexos brechando a construção de novas identidades de gênero, a autora, psicanalista de formação, procura detectar o que vai pelo imaginário de mulheres de classe média, formadas na universidade, com experiência de casamento e de maternidade. Em outras palavras, quem são essas mulheres que, feministas ou não, invadiram o mercado de trabalho, reclamam igualdade, procuram conciliar afazeres domésticos e carreira profissional e parecem transitar com sofreguidão entre velhos papéis nunca abandonados e novas responsabilidades jamais plenamente assumidas porque interiorizadas antes como necessidades do que como desejos.

Os depoimentos nos soam familiares, trazendo uma narrativa marcada pelo conflito íntimo do que 'já não é mais, ainda sendo'. Desconforto, frustrações, solidão, ambigüidades das novas práticas de vida que encerram, muitas vezes, significados outros que o da busca da individualidade e da independência. Mais do que surpreender, assusta constatar que poucas mulheres entrevistadas elaboraram para si um projeto profissional e um projeto de vida para além da

maternidade e da família. Para a maioria, o trabalho ainda é uma forma de escapar ao dia-a-dia repetitivo e enfadonho do lar - "se eu não fizer qualquer coisa (trabalho), eu enloqueço, acabo pirada" (Clara) - ou um meio de desenvolvimento e realização pessoal, de caráter bastante humanista e cultural. O que trata da esfera do público ainda é desvalorizado em relação ao privado, como se fosse possível construir uma utopia a partir deste, sem considerar aquele.

A clivagem central, constata Massi, continua sendo a cisão entre o que é a nova mulher vitoriosa na esfera pública, cuja competência e eficiência são crescentemente reconhecidas, apontando para uma atenuação dos diferenciais entre os sexos, e a dona de casa enclausurada na ordem simbólica do privado, no cotidiano doméstico-familiar que é presidido pela ideologia dos cuidados, sejam eles de maternagem ou de "esposação", e onde a assimetria e a hierarquia regulam funções e representações. É essa descontinuidade, conceito tomado de empréstimo a Nicolaci-da-Costa, que marca a vivência das mulheres modernas. Descontinuidade entre os modelos adquiridos do que deve ser a mulher de hoje e os antigos sistemas simbólicos, interiorizados com base numa divisão tradicional de papéis sexuais.

"É possível afirmar que praticamente inexistente a relação solidária ou simétrica entre cônjuges com referência à organização da vida doméstica e cotidiana" (p.73) diz a autora, com base na interpretação de longos relatos femininos sobre a oposição lar x casa, trabalho x trabalho profissional, casamento x vida sexual. Uma única exceção viria confirmar a regra: "Em nossa sociedade, as mudanças no comportamento dos maridos parecem ter-se processado mais significativamente nas relações com os filhos, mantendo-se resistentes quanto ao trabalho doméstico" (p. 75). Mas trata-se aqui dos filhos que já se encontram individuados, autônomos, que já concluíram a fase da maternagem inicial, aquela que cabe exclusivamente às mulheres. No lastro de Chodorow (*Psicanálise da Maternidade*), Massi in-

siste em que a maternagem não pode ser vivenciada solitariamente pelas mulheres - não há argumentos biológicos que o apoiem -, pois é através da socialização primária que o modelo tradicional é perpetuado.

Como diz Cândida, num dos muitos depoimentos tão bem apresentados por Massi, seria preciso "um repensar da vida do casal e não só da vida da mulher" (p.63). Um repensar que, segundo a autora, exige que homens e mulheres sejam conjunta e intrinsecamente "mães" na criação dos filhos. Função social que, na verdade, alguns homens já vêm desempenhando com certo sucesso, à imagem das mulheres no mercado de trabalho, quando divorciados ou sozinhos. Mas que no cotidiano da domesticidade compartilhada parece impossível de ser alcançado.

Outro aspecto bastante interessante do livro são os relatos sobre o feminismo, identificado reiteradamente como um movimento "chato" (Estela), "ridículo" (Silvia-grupo 1), "que atrapalhou, e muito, a minha vida" (Beatriz). Na melhor das hipóteses, um movimento de defesa dos direitos humanos e da cidadania em geral. É curioso que um movimento dito de classe média desde os seus primórdios, e por isso mesmo carregando, à época, o pecado capital de não se originar das massas populares, logo, condenado a não se constituir num movimento estratégico de transformação social, seja percebido e representado por mulheres da classe média paulista, instruídas e formadas na luta contra o autoritarismo, como algo absolutamente equivocado, negativo, estigmatizado. Que lhes é mesmo estranho. Todo sentimento contrário é exceção, marginal nas representações que dominam o imaginário coletivo dessas mulheres. Nenhuma declarou-se feminista.

É pena que tenha faltado a Massi um fôlego maior para aprofundar tal questão. Concordamos com ela que o feminismo "não enfrentou suficientemente a questão da fa-

mília e do cotidiano privado" (p.186), mas isso fica a quem do que gostaríamos de descobrir. Está explicitado, com maior ou menor evidência, dependendo do relato, que o feminismo é também um dos grandes responsáveis por essa ambivalência do desejo que hoje assalta as mulheres, e que as obriga a romper com a unidade de uma identidade passada, sem dar-lhes as condições de construir um novo registro identitário. Um processo de desterro: auto-exílio do recesso do lar e insulamento na esfera pública. Cabe, então, perguntar: por que, mais uma vez, a culpa volta a cair sobre as mulheres - algumas, é claro -, já que são elas os sujeitos desse movimento sexuado, o feminismo, que parece engendrar tantos desconfortos?

Esse tom conservador não deixa de ser desconcertante na boca, justamente, de mulheres contemporâneas das mudanças mais radicais nas relações entre os sexos por que passaram as sociedades ocidentais. Mudanças que se inscreveram no legado da modernidade e que nutriram o ideal de igualdade. Teria sido estimulante dispormos também de depoimentos feitos por homens que dessem conta, por sua vez, da crise das representações do Masculino e do Feminino. Provavelmente, trariam mais água para o moinho dos que identificam no feminismo a origem de muitos e "insolúveis" problemas. Mas talvez deixassem transparecer nesse *imbroglia* existencial resgates e conquistas de vivências antes impossíveis. Não custa interrogá-los numa próxima vez. Por enquanto fica a pergunta que a própria Massi formula na conclusão do seu livro: "O que pode, então, (ess) a mulher? Pode tudo que foi alcançado por todas as mulheres até hoje, pode até onde o feminismo conseguiu pensar a emancipação da mulher e do feminino. Mas, infelizmente, ainda não é o suficiente."

LENA LAVINAS ■

Gênero e planejamento

Mulher e Políticas Públicas

Rio de Janeiro: IBAM-UNICEF, 1991.

Mulher e Políticas Públicas, editado pelo IBAM, com apoio do UNICEF, tem como objeto o debate sobre a inclusão da questão de gênero no planejamento. Resulta dos textos que subsidiaram três seminários organizados pelo Núcleo de Estudos da Mulher e Políticas Públicas do IBAM.

Na impossibilidade de comentar todos os textos, escolhi um artigo em cada um dos três grandes capítulos que compõem o livro, ou seja: "Trabalhando com Mulheres", "Trabalhando para Mulheres" e "Mulheres Trabalhando".

"Trabalhando com Mulheres" fundamenta a perspectiva de gênero no planejamento, do ponto de vista metodológico, definindo conceitos e categorias de análise. Neste capítulo, deve-se destacar o artigo de Maria Luíza Heilborn, "Gênero e Condição Feminina", que contextualiza as questões envolvidas na análise da condição feminina, numa perspectiva antropológica. É brilhante o *insight* sobre o público e o privado na sociedade brasileira, categorias que permeiam grande parte das discussões sobre a participação política das mulheres, e ainda a questão da violência contra a mulher.

"O que caracteriza a tradição mediterrânea, herdeira que é da romana, é que nessas sociedades ocorre uma oposição entre lar e polis, entre público e privado, bastante acentuada. Mas o lar representa lugar de refúgio e de culto aos espíritos dos ancestrais... Ora, a associação do feminino com um dos pólos valorados do sistema simbólico - a casa - não contradita, ou apenas o faz superficialmente, com a importância assentada sobre o *pater potestas* (pátrio poder). Entretanto, a resolução desta incongruência - a mulher percebida como portadora de uma natureza negativa (até mesmo perversa) e sua vinculação ao domínio doméstico sagrado - exige o exorcismo do feminino através de uma lógica extrema - a de sua 'santificação' (que importa em assexuali-

zação). Isto não se faz sem ônus, acarreta alta carga de tensão e de possibilidade de ruptura, de emergência dos significados latentes mantidos sob controle. Do ponto de vista do código de gênero o complexo simbólico honra/vergonha tematiza os termos masculino/feminino".

O segundo bloco do livro, "Trabalhando para Mulheres", parte da premissa de que homens e mulheres têm necessidades sociais diversas, que devem estar contempladas no planejamento participativo, e nas políticas públicas. O fortalecimento deste ponto de vista deve ser atribuído, como diz Jacqueline Pitanguy em "Mulher e Cidadania", ao impacto provocado pela entrada do Movimento de Mulheres, como ator político, no cenário nacional e internacional.

Escolhi neste bloco o artigo de Jamil Reston "O Município Uma Instituição de Todos Nós", leitura a ser recomendada a prefeitos e vereadores de todo o Brasil. Jamil Reston, tomando por base a categoria trabalho e utilizando dados da PNAD de 1981 e 1990 reflete sobre a inserção maciça, porém peculiar, da mulher no mercado de trabalho. Um menor número de cartelas de trabalho é atribuído à mão-de-obra feminina, apontando para sua absorção pelo mercado informal, e pela administração pública municipal - onde os salários são mais baixos.

Esta reflexão sobre a peculiaridade do emprego feminino, e a dupla jornada de trabalho, levou Jamil Reston a pensar sobre um planejamento participativo que levasse em conta as necessidades sociais das mulheres. Cita, desta forma, várias medidas que facilitariam o cotidiano das cidadãs no Município, e que dariam a este uma prática mais democrática, tais como horários alternativos de funcionamento dos postos de saúde, que contemplassem a necessidade das mães que trabalham fora, mas que ainda assim têm a seu encargo os cuidados de saúde de toda a família. Sugere ainda onde devem ser localizadas as creches e discute por que os homens devem ser privilegiados nos projetos que prevêm participação remunerada da comunidade, se há tantas mães que são chefes solitárias de famílias.

No terceiro bloco do livro, "Trabalhando para Mulheres", pincei o artigo de Sônia Correa "Educação Sanitária e Ambiental". Logo no início, Sônia Correa muda o título do trabalho para "Educação Sanitária e Ambiental: a Responsabilidade da Mulher", e destaca como referência principal "o papel e a identidade das mulheres, suas aspirações, possibilidades e limitações" a serem levadas em consideração por formuladores e executores de políticas públicas.

A origem do artigo, segundo a autora, é um "estudo exploratório" realizado em dois bairros populares do Recife: Casa Amarela e 21 de Abril. Para facilitar a abordagem, Sônia Correa introduz o tema fazendo uma breve apresentação da cidade do Recife, das peculiaridades de cada bairro e do contexto político da implantação dos projetos.

Um primeiro aspecto destacado: a falta de continuidade das políticas sociais, tão freqüente em nosso país. A falta de compromisso real com os interesses da população faz com que um programa de saneamento básico, questão de saúde pública, possa ser objeto de barganha eleitoral, permitindo que o novo administrador eleito possa interromper a obra já iniciada por seu antecessor.

Também o conflito que se estabelece entre a prática política e a vida privada das mulheres - o antagonismo com maridos e companheiros - é ressaltado por Sônia Correa: "Na prática, a participação das mulheres ameaça o modelo de relação de gênero, que faz a família funcionar". Ou ainda, citando a fala de uma entrevistada: "Só as mulheres sozinhas e que trabalham é que decidem".

Faz lembrar a fala de um revolucionário francês, Chumetto, em 1789, condenando a participação política das mulheres. A citação se encontra no volume do século XIX do livro *Histoire des Femmes*, editora Plon, 1991: "Desde quando é costume ver uma mulher abandonar a piedade ao seu lar e ao berço

das crianças para vir à praça pública, na tribuna dos discursos?" (p.49).

Sônia Correa destaca ainda o fato de que as relações assimétricas de poder, entre mulheres e homens, ultrapassam as fronteiras da casa, se deslocando para o espaço público da prática comunitária.

"Os homens só assistiam às reuniões prestigiosas, em que estavam técnicos e quem decidia, enquanto o trabalho de sensibilização e de mobilização ficava sob responsabilidade feminina".

Em seguida, Sônia Correa analisa o discurso da agência responsável pelo programa de saneamento básico nas duas áreas, tal como se expressa nos folhetos de divulgação das obras.

Na medida em que, quando não existem serviços públicos de saneamento e armazenamento de água nas habitações, nem serviços adequados para a coleta de lixo e dejetos, estes são encargos femininos, as mulheres devem ser consultadas e ouvidas a respeito das soluções técnicas, que interferirão no seu cotidiano - esta poderia ser uma conclusão do texto de Sônia Correa e do livro *Mulher e Políticas Públicas*.

Para encerrar, cito mais uma vez, em tradução livre, o volume do século XIX do *Histoire des Femmes*, coordenado por Georges Duby e por Michèle Perrot, editado em Paris, em 1991, pela Plon. O discurso é do Deputado Guyomar e data de 1793. "A Igualdade Política entre os Indivíduos ou o Problema Muito Importante da Igualdade de Direitos e da Desigualdade de Fato".

"... A exclusão das mulheres (da participação política) é provocada pela necessidade de sua presença no lar? Então", responde ironicamente o Deputado Guyomar, "devemos nos pronunciar contra todos os homens cuja presença é necessária nas suas oficinas e ateliês .."

HELENA BOCAYUVA CUNHA ■

Iara, história e cotidiano

Iara

PATARRA, Judith Lieblch.

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, 520 p.

"Foi uma geração que viveu os êxtases e desgraças das revoluções. Madrugadas luminosas e sombrios tempos sem perdão"¹.

Iara, filha de David e Eva Isvelberg, um casal judeu de classe média, nasceu a 7 de maio de 1944, no bairro Ipiranga, em São Paulo. Suicidou-se a 20 de agosto de 1971, em Salvador, Bahia. O aparelho em que vivia - um apartamento no bairro Pituba - estava cercado. Iara preferiu disparar um tiro em seu coração a ser presa pela polícia política.

Vinte e um anos depois, sua história acaba de ser minuciosamente reconstituída nas mais de quinhentas páginas da reportagem biográfica, subtítulo de *Iara*, da jornalista Judith Lieblch Patarra (editora Rosa dos Tempos).

"Durante muito tempo as mulheres foram deixadas à sombra da História", escrevem Michelle Perrot e Georges Duby na apresentação de sua *História das Mulheres*². Os autores recusam, no entanto, a idéia de que as mulheres sejam, enquanto tais, um objeto de história, explicando que

"é seu lugar, sua 'condição', seus papéis e seus poderes, suas formas de ação, seus silêncios e sua palavra, que nós pensamos perquirir, a diversidade de suas representações - Deusa, Madona, feiticeira... - que queremos aprender na sua permanência e em suas mutações"³.

Não sendo historiadora de profissão, Judith Patarra conseguiu em grande medida alcançar esse objetivo através de um

paciente e criterioso trabalho de pesquisa que restitui não só a trajetória de sua personagem como o tempo e as circunstâncias em que viveu.

A biografia, que parece experimentar um processo de renovação a partir de novos aportes da historiografia e da antropologia, é pouco desenvolvida no Brasil. As exceções, como o excelente estudo sobre Stefan Zweig, publicado há alguns anos pelo também jornalista Alberto Dines⁴, que prefacia o livro de Patarra, apenas confirmam a regra. Considerada por muitos como gênero menor, a biografia sofreu o 'desprestígio' de ver-se confundida com a literatura de ficção. Esta contaminação acabou por confiná-la à categoria de entretenimento. Biografias passaram a ser livros reservados para os períodos de férias, junto com romances policiais e de ficção científica, todos destinados a arejar a cabeça...

A crítica (e a crise) da História *éventuelle* ajudavam a banir o indivíduo das preocupações historiográficas, substituindo-o pelo interesse pelas estruturas, pelas classes, pelos grandes ciclos históricos, sem cuja compreensão se dizia ser impossível qualquer análise consistente.

Monumentos biográficos - como o Trotsky e o Stalin, de Isaac Deutscher - figuraram durante muito tempo, junto com poucas outras obras, como referências isoladas, incapazes de desencadear uma reorientação mais consistente dos estudos históricos em direção à análise das trajetórias de vida.

Alguns dirão que a reemergência do gênero biográfico está ligada ao aguçamento do fenômeno do voyeurismo e aos sentimentos narcísicos que marcam estes tempos de pós-modernidade. Mas a historiografia estruturalista, de inspiração marxista ou não, resulta também da emergência de uma nova historiografia, centrada mais nos sujeitos, atores e personagens e em suas

¹ SOUZA LOBO, Elisabeth, *Emma Goldman A vida como revolução* São Paulo Brasiliense, 1983, p 85

² DUBY, Georges e PERROT, Michelle *Histoire des Femmes en Occident*, vol 4 (Le XIXème siècle), Paris Plon, 1991, p 8

³ Op cit , p 8-9.

⁴ DINES, Alberto. *Morte no Paraíso - a tragédia de Stefan Zweig*, Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1981

experiências do que nas estruturas que supostamente os condicionaram⁵.

Finalmente, o gênero biográfico se beneficia (ao mesmo tempo que esclarece) das novas relações que a historiografia estabelece entre o público e o privado. "No limiar do privado, o historiador - tal qual um burguês vitoriano - por muito tempo hesitou, por pudor, incompetência ou respeito ao sistema de valores que fazia do homem público o herói e o ator da única história que valia a pena ser contada: a grande história dos Estados, das economias e das sociedades".

Para que o historiador superasse sua hesitação, foi necessário que o privado se transformasse em algo distinto

"desta zona maldita, proibida e obscura: o amplo espaço de nossas delícias e de nossas servidões, de nossos conflitos e de nossos sonhos; o centro, talvez provisório mas finalmente reconhecido, de nossa vida"⁶.

Em *lara*, Judith Patarra consegue exorcizar esta maldição do privado e reconstruir a vida de sua biografada articulando as dimensões política e pessoal sem que elas apareçam como mera superposição de suas esferas separadas ou antagônicas.

"A boa biografia - diz Lacouture - deve mostrar não aquilo em que o homem é solitário, mas como ele está entre nós"⁷.

O livro de Judith situa *lara* "entre nós", isto é, no contexto de seus contemporâneos, daqueles com os quais conviveu, lutou e aos quais amou

Biografando sua personagem, Judith biografou também uma geração nas suas múltiplas dimensões: culturais, políticas, existenciais. Por esta razão, o foco de luz concentrada sobre a personagem central ilumina ao mesmo tempo todas as "circunstâncias" que a cercam. Mais ainda, o contexto ajuda a construir a personagem.

⁵ THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981. CASTORIADIS, Cornelius. Introdução a questão da história do movimento operário. In *A experiência do Movimento Operário*, São Paulo: Brasiliense, 1985. SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*, São Paulo: Paz & Terra, 1988. (Entre muitas outras referências)

⁶ PERROT, Michelle. "Introduction", In ARIES, Philippe e DUBY, Georges. *Histoire de la Vie Privée*, vol. 4, Paris: Seuil, 1987, p. 9

⁷ LACOUTURE, Jean. *Biógrafo por profissão*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 13.01.1985, Caderno de Cultura no. 239, p. 10. (Publicado originalmente em *Le Nouvel Observateur*)

Reaparecem os espaços de *lara* e de sua geração nas evocações da Maria Antônia, onde ficava a Faculdade de Filosofia, da Augusta, templo do consumismo de então, ou dos sombrios *aparelhos* dos "anos de chumbo".

Reconstrói-se o campo cultural dos setenta, povoado de referências à música popular brasileira, ao cinema e ao teatro - que ocupavam, o lugar hoje invadido pela TV -, a um marxismo vivo porque distanciado da ortodoxia, quando não em polêmica aberta com ela.

A tudo isso acrescenta-se, uma conjuntura internacional em que seria absurdo falar-se, como hoje se faz, em fim da história.

Com 1968 como referência, *lara* e sua geração têm a sensação de "fazer a história", da mesma forma que se fazia nas barricadas de Paris, nos *campi* das universidades nos Estados Unidos, nas montanhas da América Latina ou nas selvas da Indochina.

Esse voluntarismo assume uma dimensão trágica no início dos setenta, quando *lara* e seus companheiros aproximam-se da morte, da prisão, da tortura, do exílio ou do "exílio interno", alternativas dramáticas para um irrealismo político suicida.

Se a narrativa evidencia a fragilidade teórica e orgânica da política revolucionária no Brasil e dos jovens que pretendiam ser protagonistas desta aventura, ela restitui em filigrana a disponibilidade, alegria e coragem de uma geração e, sobretudo, o peso dos valores éticos que nutriram - muito mais do que opções fundadas na racionalidade política - os planos de tomar "o céu de assalto".

Dizer que Judith Patarra tirou sua personagem da sombra pode parecer paradoxal para quem chega ao final do livro tendo se deparado com dezenas de depoimentos que mostram uma *lara* luminosa, carismática, com uma história de vida paradigmática. Como tirar da sombra alguém que possuía tanta luz?

A expressão pode ser melhor compreendida se se entende o alcance do empreendimento biográfico de Judith

Para os homens e mulheres que conviveram com a personagem, *lara* pode ter aparecido sob a dupla imagem de uma bela jovem "liberada" que se encontrava na vanguarda de uma revolução de costumes em curso naquele exato momento. Ao lado da *lara* de mil namorados, vaidosa, expansiva, havia a militante que progressivamente se

incorpora à luta revolucionária, pagando ao final com a própria vida seu engajamento.

Ora, o que a autora busca estabelecer é exatamente as conexões destes dois compromissos: o político e o existencial.

Pode-se criticar o psicologismo inconsistente de algumas passagens do livro, como criticável é a falta de densidade literária em alguns momentos da narrativa, onde o estilo 'jornalístico' de Judith fica aquém das circunstâncias narradas. São detalhes, porém, que não comprometem a qualidade maior do livro de ter realizado uma excelente reconstituição da personagem e de seu tempo a partir de uma multiplicidade de fontes testemunhais, perfeitamente articuladas com as fontes documentais e com a restituição contextual do período.

Judith Patarra consegue igualmente realizar o difícil trabalho de mergulhar no passado, fazendo com que um necessário olhar do presente não desfigure o vivido, transformando-o em mera ficção, como tem ocorrido por vezes na historiografia brasileira. Um exemplo deste acerto é o tratamento da condição feminina de Iara. A autora não sucumbe à tentação de transformá-la em uma feminista avant la lettre. Menos ainda em uma pós-feminista, defensora da feminilidade.

Sua narrativa constitui-se, porém, em um impressionante mergulho na condição feminina, desde o cenário familiar até as sucessivas experiências de militância, na POLOP, na VPR e na VAR e, finalmente, no antigo MR-8, passando por suas múltiplas aventuras amorosas e pela vivência intensa de suas amizades. Ironia cruel, o gesto final de Iara é noticiado como a morte da 'amante de Lamarca'. Mas o que poderia ser uma operação de confinamento da personagem na sombra da história acaba por transformar-se no seu contrário: na valorização deste espaço privado, até então nebuloso, e na necessidade imperiosa de iluminá-lo e escrutiná-lo para melhor compreender a esfera pública, a qual se considerava território exclusivo da política⁸.

⁸ "Na fronteira entre a prática da vida pública e o território obscuro da vida privada, a presença das mulheres como sujeito/objeto destas abordagens parece natural e recebe um espaço próprio e adequado" SOUZA-LOBO, Elisabeth "Emma Goldman - Revolução e Desencanto: do público ao privado", In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol 9, no 18, p 29, ago/set, 1989

As histórias das esquerdas no Brasil e alhures quase sempre se resumiram à constituição articulada de seu discurso (programas, resoluções, debates) ou de sua ação (greves, mobilizações ou luta armada). Neste tipo, não raro valioso, de texto, perde-se com frequência uma dimensão essencial da história. Esta foi feita por homens e mulheres, de carne e osso, que se construíram dentro de contextos culturais, encarnaram valores éticos e morais, sofreram o peso de suas circunstâncias ao mesmo tempo em que tentavam modificá-las. Viveram e amaram e tudo isso deixou traços em sua ação, pois influiu em seu modo de pensar e de ser.

Assim ocorreu com Iara Isvelberg. Sua trágica e precoce morte, aos 27 anos, pode ter exercido um efeito inibidor para a reconstituição de sua vida. Afinal, a morte costuma desencadear julgamentos simetricamente opostos de indulgência ou de severidade. Judith Patarra não parece ter sucumbido a estas tentações. A visível empatia com seu 'objeto' de estudo não turvou-lhe o olhar e a simpatia que pode aqui e ali parecer diluir-se no tratamento substantivo, onde objetividade não se confunde com frieza.

Escrevendo sobre Iara, a autora reestabeleceu o cotidiano das classes médias cultivadas paulistanas que foram sacudidas pelas graves mudanças que afetaram o Brasil a partir de 1964 e que até hoje se fazem sentir. Mostrou-nos momentos luminosos e tempos sombrios. Enfatizou os exemplos de generosidade, despreendimento, minimizando o lado mesquinho e sórdido presente em todos os tempos sombrios, talvez para não adensar mais a pesada fatura que até hoje está-se pagando.

Ao falar de música, cinema, teatro, bares, moda, sexo, Judith Patarra falou também das grandes questões em jogo naquele momento pois "mais além do anedótico, a história da vida privada é também a história política do cotidiano"⁹

MARCO AURÉLIO GARCIA ■

NOTA DA EDITORIA:

Resenha reproduzida neste número por ter sido omitida involuntariamente parte do texto na REF nº 0.

⁹ PERROT, Michelle. Op. cit., p 13.

O que faz ser paulista?

O Que Faz Ser Nordesteño?

PENNA, Maura.

São Paulo: Cortez, 1992.

A obra de Maura Penna é uma adaptação para livro da dissertação que lhe valeu o título de Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba e Menção Honrosa no VII Concurso Brasileiro de Teses Universitárias da ANPOCS. A autora examina os diversos conteúdos atribuídos ao termo identidade, tanto pelo senso comum dos atores sociais - jornalistas, políticos e público em geral - como por diversas correntes teóricas, para logo explorar os discursos que, enunciados sobre o que denomina de "escândalo Erundina", enfocam a figura da ex-prefeita de São Paulo sob o prisma da identidade nordestina.

A escrita de bom nível, a organização do texto impecável e criativa e a coleta de materiais jornalísticos de grande interesse para quem queira ter acesso a verdadeiros documentos sobre a maneira como o paulista da última década deste século constrói idealmente o seu lugar e a sua relação com a nação brasileira, fazem com que o livro estimule o leitor a não se contentar com os limites que a autora lhe impõe e se lance a pensar mais, a pedir mais. Centrarei esta minha pedida de leitora cobiçosa em três curiosidades que persistiram após a leitura do texto e que, reconheço, excedem os limites da proposta explícita da autora: 1) a vida de Erundina, 2) a mulher Erundina e 3) quem é o paulista.

1. A vida de Erundina

Já nas páginas finais, Maura Penna reconhece que o recorte por ela escolhido privilegia o que chama de "alter-atribuição, em detrimento das formas de auto-reconhecimento", ou seja, o papel de Erundina "como referente" sobre o qual se projetam os diversos discursos examinados. De fato, a autora se mantém, durante toda a sua análise, fiel e consistente com essa escolha. Fidelidade e consistência que, por outro lado, são caracte-

terísticas do exercício acadêmico bem comportado. Então, passamos pelo exame da noção de região e, logo, de região nordestina; passamos pela desconstrução das bases de sustentação da categoria que une as pessoas que partilham da sua suposta essência; e passamos por uma exploração minuciosa dos discursos que tentam imputar a Erundina uma identidade político-partidária, de gênero, de classe e, sobretudo, regional.

Mas o leitor já nascido com uma natureza inconformada descobre, por último, que todo esse cuidado e trabalhoso exercício leva não mais do que a uma revisão teórica da noção de identidade e à proposta de substituí-la pelo conceito de "semelhança", por ser mais eficiente para dar conta da flexibilidade da operação de identificação. A mensagem, então, é: tudo pode continuar como está, desde que o chamemos de outra maneira, que lhe coloquemos um nome mais preciso. Tudo o que foi muito bem listado no decorrer do texto - "nordestino" funciona como termo de acusação; a marca de região existe, embora não seja essência; o pobre é excluído dos quadros oficiais da política brasileira, etc. - fica por isso mesmo. O mundo é assim, pois assim é concebido e prescrito pelos discursos que o criam e recriam; nosso papel é desconstruir esses discursos para identificar sobre que pressupostos estão montados.

Para compensar este projeto um tanto inócuo, pergunto-me, não seria um toque de ar fresco, uma dádiva de emoção e de necessário e revolucionário otimismo, incorrer na ruptura desse coeso e bem comportado exercício acadêmico e, num capítulo gratificante para o leitor, dar a palavra a Erundina para contar seus feitos, narrar, de alguma forma, a sua vida? Por que a autora perdeu esta oportunidade de entrevistar a sua heroína e dar-lhe voz, registrando algum tipo de discurso autobiográfico mais detalhado do que os curtos trechos de falas suas que são citados? Qual é o reverso desta moeda da "alter-atribuição"? Justamente, no contraste e à luz do repertório dos discursos enumerados e examinados, o leitor gostaria agora de saber o que enunciaria esta mulher, ao

ser interrogada por Maura Penna, sobre o seu Nordeste, sobre a sua São Paulo, sobre a sua pobreza, sobre sua vocação religiosa, sobre sua vocação política e sobre sua vocação profissional. Como passou por todos eles e o que de cada um deles reteve para si na construção da sua imagem e da sua pessoa. Só assim deixaríamos em aberto a trama dos discursos que, de acordo com o livro, sobre ela parecem fechar-se inexoravelmente; só assim devolveríamos a Erundina a margem de liberdade que, de fato, ela tem em relação a eles.

2. A mulher Erundina

Sobretudo, e mesmo por estar falando da tribuna de uma publicação feminista, gostaria de saber mais sobre como Erundina constrói discursivamente a sua forma particular de feminilidade, como trata -discursivamente sempre, já que, no paradigma da autora, além disto não é possível ir - a parcela de sua humanidade que é mulher. Aliás, parcela que constitui atributo indelével dessa humanidade, pelo que não posso deixar de anotar aqui o meu desapontamento com o título do livro, que definitivamente deveria ser "o que faz ser nordestina".

Mesmo os discursos considerados no texto que, ao uso da identidade de nordestina como forma de acusação, acrescentam-lhe os atributos de mulher feia, brega, pouco elegante e, até, pouco feminina, não obtêm o espaço que me parecem merecer. Eles são mencionados mas, na verdade, seu sentido só se veria determinado e relevado se contrastados com discursos cujo referente fossem homens que, em iguais circunstâncias - pobreza, falta de elegância e nordestinidade - alcançaram posições de destaque na política. Assim, seríamos capazes de apreciar o que há de específico num discurso sobre o feminino, e de esclarecer-nos a este respeito.

3. Quem é o paulista

Finalmente, uma última pedida, uma verdadeira reviravolta nos pressupostos da análise ou, mais exatamente, a descoberta de um discurso que permaneceu invisível e, por alguma razão que mereceria ser investigada, inacessível ao rigor do exame da autora. Se as falas analisadas parecem ser

sobre o nordestino, este é só o nível referencial delas. Em sombras permanece o sentido indêxico das mesmas, a auto-referência implícita do falante: o que afirma o paulista sobre si mesmo quando fala do nordestino? O que diz sobre si mesmo quando discute uma prefeita "nordestina"?

Não tenho dúvida de que a autora alcançaria uma verdadeira eficácia crítica se desmontasse os discursos que constroem as certezas de ser paulista, se ela dedicasse um pouco de sua munção analítica à discussão do que seja São Paulo também enquanto construção discursiva, tão construída e tão arbitrária como a do próprio Nordeste com seus nordestinos. Se lá não há essência, cá também não há. Se lá as fronteiras são ideológicas e construídas por interesses historicamente determinados, aqui também o são. Isto, embora implícito, deve ser trazido à luz. Somente assim seremos, uma vez mais, capazes de fugir do aparente fechamento dos discursos, da sua autoridade aparentemente inescapável; só assim destinos absolutos podem ser transformados em sortes relativas.

Finalmente, não posso deixar de mencionar que, tendo já a leitura bastante avançada, comecei a perceber que por trás das suas linhas se perfilava a figura de um bom professor orientador, um orientador assíduo, próximo e minucioso - quem é professor sabe como estes processos se dão. Sendo assim, dei falta de qualquer menção, por parte da autora, desse personagem oculto e, contudo, presente nas entrelinhas. Passei então a procurar o reconhecimento de Maura Penna para com essa pessoa e só achei um sumário "a todos que...deram sua ajuda". Perguntei então, a vários colegas, se sabiam algo sobre a produção deste bom trabalho de tese na Paraíba, à parte da orientação providenciada pelo professor Foot Hardman, da UNICAMP, e anunciada por ele mesmo no prólogo que assina. A resposta veio e se reiterou: Lourdes Bandeira o orientou, no dia a dia. Permita-se-me, então, ainda como parte legítima desta resenha, recomendar à autora que, em suas futuras obras, não esqueça dos nomes daqueles que generosamente doaram tempo e imaginação criadora, contribuindo com seu projeto intelectual.

RITA LAURA SEGATO ■

Enfoques de gênero na história social

Entre a Virtude e o Pecado

COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org.).

Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992.

Não temos no Brasil a tradição de coletâneas e nem sempre este tipo de livro se caracteriza por uma unidade temática que desperte nosso interesse por todos os artigos. Este conjunto de textos organizados por Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini contradiz, do primeiro ao último artigo, esta idéia negativa de coletâneas. Este livro traz a interessante contribuição de nove pesquisadoras financiadas pelo V Concurso de Dotações para a Pesquisa sobre a Mulher Brasileira, organizado pela Fundação Carlos Chagas, com o apoio da Fundação Ford, em 1988.

Como nas coletâneas dos concursos anteriores, os artigos desta apresentam tanto novos enfoques temáticos para a problemática em questão, como também sugerem novos caminhos teóricos e metodológicos para os estudos de gênero.

Mas, a principal característica desta coletânea em relação às anteriores é a visível ampliação do campo dos estudos sobre gênero na área de História Social. Vejamos mais em detalhe cada um dos artigos.

Maria Lúcia Mott nos leva ao século XIX onde analisa, através da instigante história de Mme Durocher, uma parteira francesa que se vestia de homem, os mecanismos higienistas que levam a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a criar uma das primeiras carreiras femininas no Brasil, a de parteira profissional. A criação do Curso de Parteiros, em 1832, que à primeira vista nos parece uma conquista das mulheres, se revela contraditoriamente como a masculinização de um saber tradicionalmente de mulheres negras, mulatas e pobres, as "comadres".

Também abordando a criação de uma profissão feminina, a de "mulata profissional", já agora no final do século XX, Sônia

Giacomini mostra como atributos raciais e femininos, outrora desvalorizados, são suporte para a profissão de "mulata para exportação". Usando a técnica antropológica de observação participante, a pesquisadora descreve a construção desta identidade profissional/pessoal no espaço de um Curso de Formação Profissional de Mulatas, no Rio de Janeiro. Descobrimos pelos depoimentos que para ser "mulata" não basta a cor da pele mas também a posse de outros atributos "naturais": um corpo arredondado, a habilidade para a dança e "ter raça". Falta talvez uma análise mais aprofundada sobre o essencialismo utilizado para a construção desta dupla identidade, de mulher e de mulata, estudo que viria apenas enriquecer a interessante análise da autora.

A pesquisa de Sônia Maluf sobre as bruxas na Ilha de Santa Catarina, também numa perspectiva antropológica, é uma das poucas nesta coletânea que se preocupa em fazer uma análise relacional do feminino e do masculino, no caso em uma comunidade litorânea tradicional, onde inconscientemente todas as mulheres são potencialmente bruxas. A partir de narrativas de homens e de mulheres sobre as perigosas bruxas que à noite tanto podem roubar a canoa dos homens e seus instrumentos de pesca, quanto entrar sorrateiramente nas casas e fazer adoecer recém-nascidos, Sônia se pergunta sobre o poder oculto das mulheres num universo simbólico onde paradoxalmente as relações de gênero são dominadas rigidamente pelos homens.

Numa abordagem mais interdisciplinar, Maria Fernanda Bicalho nos fala do rico universo de representações do feminino que o cinema mudo dos anos 20 desvela. Este período se caracterizou pelo desenvolvimento da indústria, assim como da crítica cinematográfica no Brasil. Ao mesmo tempo que se copiam modelos norte-americanos da mulher sedutora e da garota trabalhadora independente, inicia-se um processo de "nacionalização" destes modelos expressos em dois tipos de mulher: as ingênuas (frágeis, magras e de feições angelicais) e as vamps (com curvas avantajadas e insinuantes e for-

mas esculturais). Muito interessante é também sua análise do campo cultural que se cria em volta desta indústria cinematográfica com a chegada de atrizes européias imigrantes e a criação de uma escola de atores em São Paulo.

Ainda no campo da História Social, os trabalhos de Eliana Goldschmidt e de Ana Maria Magaldi se debruçam sobre modelos desviantes de comportamento feminino tanto no Brasil Colonial, quanto na virada do século XIX para XX. A partir da análise dos relatos de crimes relativos a transgressões sexuais conservados no arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Eliana ressaltava tanto os modelos desejados para as mulheres de "moça virgem, esposa fiel e viúva recatada" quanto os exemplos de transgressão. Já Ana Maria investiga a posição da mulher na virada do século XIX para o XX pelas figuras femininas dos romances de Machado de Assis e de Aluizio de Azevedo. Comparando estes modelos é possível constatar que, se no Brasil Colonial era a Igreja que determinava os bons modelos de comportamento, a partir do século XIX é a Medicina que prevalecerá na imposição de novas formas de relacionamento familiar.

Saindo da História e entrando na área da Linguística, a pesquisa de Judith Hoffnagel e Elizabeth Marcuschi introduz o público brasileiro a uma importante vertente nos estudos de gênero: o uso da língua portuguesa por mulheres e homens. Comparando três tipos de eventos interacionais (falas espontâneas, diálogos estimulados e entrevistas) elas analisam como se constrói um estilo feminino próprio na interação verbal, tanto pela condução do tópico discursivo quanto pelos marcadores conversacionais. Um dado interessante, entre várias conclusões, diz respeito às diferenças de estilo em entrevistas conduzidas por homens e por mulheres, apontando talvez para a necessidade de se refletir sobre a forma de se interrogar os informantes nas pesquisas de gênero.

O estudo da equipe de Maria Inês Moreira sobre violência conjugal, um campo já bastante estudado por outras pesqui-

sadoras, aborda a problemática na perspectiva da Psicologia. A pesquisa iniciada na Delegacia da Mulher de Belo Horizonte teve como proposta fazer falar as mulheres, ajudando-as a compreender sua posição de mulher amarrada a laços afetivos dentro do casamento. Apesar da interessante análise da vitimização expressa nos relatos das informantes, sentimentos falta, no entanto, de uma contribuição específica da Psicologia a este campo, uma vez que a violência doméstica longe de se extinguir pela denúncia, parece se repetir e ampliar a cada nova crise conjugal.

Também sobre a violência é o artigo de Maria Aparecida de Moraes Silva a respeito de mulheres bóias-frias na colheita de cana em São Paulo. Utilizando-se da análise foucaultiana sobre o poder, a autora mostra como o caminho e o eito, além de espaços de dominação de classe, são também espaços de dominação de gênero, pois em ambos as mulheres estão sujeitas a cantadas, agressões e assédio sexual por parte de empregados e de colegas trabalhadores. Ao analisar as estratégias femininas para ganhar mais no eito ou para se protegerem no caminho, a autora aponta para situações de convivência com o assédio sexual, assim como para estratégias mais sutis de resistência.

Ao finalizar a leitura deste livro percebemos com satisfação que, apesar de alguns deslizes, já se foi o tempo em que falar de mulher implicava necessariamente em chavões sobre a "submissão feminina". Observamos também a pluralidade de referências bibliográficas que remetem muito mais ao campo disciplinar das autoras do que a um referencial teórico único de estudos de gênero, o que certamente enriquece a coletânea. No entanto, a diversidade temática se contrapõe uma certa unidade metodológica, mostrando ao leitor que parece haver um diálogo silencioso entre as autoras. Certamente os seminários promovidos entre as participantes do V Concurso devem ter contribuído neste sentido.

MIRIAM PILLAR GROSSI ■

Na fronteira das identidades

Masculino - Feminina

CUSCHNIR, Luiz.

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

Antes de discutirmos o trabalho de Cuschnir, seria conveniente situá-lo no contexto da literatura que vem sendo produzida sobre o comportamento dos homens, durante os últimos 20 anos. Esta literatura, produzida basicamente nos EUA, Canadá, Inglaterra e França, tem procurado apontar os transtornos gerados por uma representação de si, construída prevalentemente sobre a ação e marcada pela dissociação entre o que o indivíduo sente e o que lhe é permitido expressar.

Por outro lado, a abordagem da problemática dos homens tem sido equacionada segundo as especificações do que, na cultura ocidental, se define como masculino e feminino. Estas qualificações aparecem como unidades de compreensão do comportamento dos indivíduos, definindo para eles tanto no plano imaginário quanto no social quem é o homem e a mulher.

O masculino e o feminino, na literatura em questão, são conceitos utilizados para designar aspectos da subjetividade, mais do que para, enquanto sinônimos de sexo, reforçar o comportamento tradicionalmente definido para os homens. Neste sentido, o que se coloca é uma tentativa de expansão das fronteiras da representação social dos homens, incorporando a ela aspectos de uma vida sensível.

Segundo a literatura produzida sobre os homens, o masculino e o feminino serão ao mesmo tempo utilizados como uma referência à marca biológica dos sexos, tanto quanto irão assumir uma outra característica: a de servir como expressão da sensibilidade.

Através da revisão dos significados das categorias masculino e feminino, estará também sendo revisto o modelo de comportamento dos homens. Como se a busca de um "homem sensível" exigisse mais que um entendimento biológico da dinâmica subjetiva dos sujeitos. É compreensível que a inter-

pretação de uma situação de mudança sobre o comportamento carregue, para alguns autores, atribuições eminentemente psicológicas e que, portanto, lancem mão das categorias masculino e feminino para produzirem suas análises.

As primeiras análises elaboradas sobre os homens se projetaram através de reflexões psicológicas. Estas foram bem aceitas por uma sociedade individualista e bastante psicologizada com boa receptividade para novas formas de utilização deste tipo de saber. E agora, os homens são convidados a rever seu papel social através de uma outra aplicação dos conhecimentos psicológicos, mesmo porque só o fato de ser homem já eliminava a possibilidade de o sujeito entrar em terapia.

A literatura sobre homens tem sido produzida fora das regras de uma literatura eminentemente acadêmica, e se assume enquanto uma forma de expressão para comunicar o que durante muito tempo eles não reconheceram como sendo parte de suas dinâmicas subjetivas. Assim sendo, para serem lidas, as reflexões sobre os homens precisam guardar a singularidade com que são produzidas. A partir daí, encontra-se um texto com um nível de complexidade e elaboração diferente das exigidas pelas produções acadêmicas. Contudo, um texto rico para se identificar o desconforto e a tentativa de um grupo de homens de encontrar para suas vidas um significado que não seja definido pela conquista de prestígio e status social, a partir da aquisição de bens e patrimônio.

É visível, também, que a relação entre um homem e uma mulher tem servido de eixo para a condução da reflexão sobre o que está acontecendo com os homens. Vale lembrar que a diferença entre os autores está no nível de importância dado por cada um deles à relação entre homens e mulheres. Há aqueles que concedem a esta relação uma importância estrutural, contudo existem outros que, relativizando-a, identificam-na como um dos aspectos a ser considerado para as análises sobre a transformação do comportamento dos homens.

Assim sendo, o individualismo enquanto uma *Weltanschauung* se consolidou durante este século, e serviu de suporte para dar legitimidade ao movimento de minorias, que agora tem o mais novo aliado: os homens. Eles se constituirão como uma minoria, a partir da tomada de consciência das implicações causadas, sobre eles mesmos, no que diz respeito ao papel social que devem representar. Depois dos negros, dos índios, dos gays, das mulheres e trabalhadores, os homens entram em cena, trazendo para dentro dela o silêncio e a solidão a respeito de suas vidas. E re-potencializam a discussão sobre as minorias. Afinal, homens sensíveis, na América Latina, ainda é uma denominação que atinge a um restrito contingente de indivíduos.

Diante deste panorama, o trabalho de Cuschnir apresenta os primeiros sinais do que posteriormente será considerado como a transformação no comportamento dos homens. As indagações sobre quem sou eu como homem, como companheiro, amante e pai aparecem como indicativos que emergem do cotidiano dos indivíduos e sinalizam o processo de transformação que se inicia.

Cuschnir trabalha como o que ele chama de **grupo de gêneros**, marcando sua trajetória com este tipo de atividade, a partir de uma experiência em Amsterdã, em um congresso de psicoterapia. O seu livro é uma reflexão desenvolvida a partir do trabalho que realiza com grupos de homens, na faixa de 25 a 50 anos.

Cuschnir parte de situações cotidianas para analisar os estereótipos que definem quem é o homem e a mulher, motivado pela proposta de favorecer o encontro entre ambos.

A denominação masculino e feminina são definidas pelo autor como sendo energias que retratam as "essências" do homem e da mulher, respectivamente. Assim sendo, ele introduz a noção de sensibilidade no lugar da de feminilidade, como sendo uma tentativa de incorporar ao comportamento dos homens uma dimensão que, na história do Ocidente, ficou tradicionalmente atribuída à mulher.

O que sustenta o trabalho de Cuschnir é uma busca, por meio do psicodrama, de uma linguagem e expressão para os afetos dos homens. Em última instância ele se alinha a uma das principais preocupações presentes na literatura sobre homens, que é ten-

tar romper com o estereótipo do "machão", ou do "homem ideal", para situar indivíduos diante deles mesmos, agora como pessoas.

Para tanto, o autor faz uma reavaliação da participação de outros homens na história de vida de um menino. A participação do pai, do avô, e de outros membros da família só reforçam o estereótipo de homens que vivem distantes das demandas do cotidiano familiar. Desta distância brota o sentimento de alienação a que os homens foram submetidos durante toda a infância e posteriormente à vida adulta, fazendo com que assumam estereótipos sociais como referência para suas identidades.

Cuschnir argumenta também que, sem a diminuição por parte das mulheres do nível de ressentimentos, que elas alimentam nas suas relações com os homens, dificilmente o encontro entre ambos acontecerá. O que significa dizer que será necessário, segundo o autor, baixar os níveis de rivalidade entre ambos, administrando-os, a fim de que a experiência amorosa transforme a rivalidade em uma possibilidade de crescimento.

Masculino - Feminina é escrito de maneira que o leitor também possa completá-lo. Existem lacunas no texto a serem preenchidas como, por exemplo, quando Cuschnir analisa quem será o homem novo e a nova mulher. No que diz respeito a esta última, o autor afirma que os homens querem viver com as mulheres experiências de satisfação e gratificação. Ele chega a esta conclusão utilizando os depoimentos de diferentes homens, em que a mulher aparece valorizada e reconhecida.

Neste trabalho, Cuschnir também aborda aspectos da vida cotidiana das mulheres, e assim como na outra parte Masculino, a Feminina inicia-se com a história de crianças que se tornarão mulheres e homens. As tarefas, as atividades, a vida em família vão sendo abordadas de modo que, ao mesmo tempo em que ele apresenta as conquistas realizadas pelas mulheres no trabalho, aponta também o receio vivido por elas, de retornarem a situações de dependência dos homens, ou a um estado profissional e afetivo anterior às suas conquistas sociais.

Cuschnir comenta que uma das consequências do feminismo foi de ter precipitado o movimento de homens, tendo as mulheres um papel importante em toda esta transformação. Elas poderiam auxiliar os homens nesta transição, fornecendo, a partir

da própria experiência de vida, elementos para que eles encontrem o caminho em direção à própria identidade

Por outro lado, o autor tenta definir uma outra direção para o encaminhamento da relação entre os gêneros, de modo que ela não passe, por parte da mulher, pela incorporação dos valores até então restritos ao mundo masculino.

O modelo para as futuras relações entre os gêneros adotado por Cuschnir é otimista. Nele o conflito não aparece como a base das relações interpessoais, mas como decorrente de uma inadequação entre os valores sociais e as necessidades dos indivíduos. Estas últimas, na medida em que são nomeadas e satisfeitas, favorecem a condução de relações equilibradas e verdadeiras.

O trabalho traz em si uma noção de simetria, utilizada para apresentar homem e mulher. O livro é escrito até sua metade sobre o Masculino, e virando-o de ponta cabeça o leitor encontrará a abordagem do autor sobre Feminina. As duas partes do livro se encontram no meio e são convidadas pelo autor a uma dança: "toquem, então, que o baile já começou, e o seu par é...". No centro da página, aparecem desenhados os símbolos de Marte (masculino) e Vênus (femi-

no) que se sobrepõem simbolizando o encontro entre um homem e uma mulher.

O autor utiliza pequenos desenhos de Marte e Vênus, no pé de página de cada uma das partes, respectivamente. Ao longo do trabalho estes desenhos vão gradativamente aumentando de tamanho até o meio do livro onde, então, ocupam todo o espaço físico da página.

A idéia de encontro é um conceito chave no trabalho de Cuschnir, e ele a persegue tanto através dos desenhos nos pés de página, quanto dos grupos que coordena, ou ainda na maneira como define um homem e uma mulher. Contudo, sua visão é bastante personalizada e particular, e ele se vale de um texto descritivo e sem a preocupação de sistematizar sua análise sobre a problemática gênero.

Neste sentido, ele aponta as dificuldades vividas tanto por um homem quanto por uma mulher, no que diz respeito às exigências e expectativas sociais definidas para ambos, como sendo uma etapa a ser vencida a fim de que se materialize, no cotidiano, o que está representando, para eles, no imaginário do Ocidente - o determinismo do encontro entre os gêneros, sem conflitos.

SÓCRATES ÁLVARES NOLASCO ■

Falas de mulheres

A Revolução das Mulheres: Um Balanço do Feminismo no Brasil

TOSCANO, Moema e GOLDBERG, Miriam.

Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

No momento em que a cultura ocidental comodamente se instala sob os rótulos do pós (feminismo, marxismo, estruturalismo, modernismo, socialismo etc) e das crises, principalmente a mais confortável de todas, a crise das utopias, o aparecimento de obras como *A Revolução das Mulheres* é especialmente bem vindo. Antes de qualquer mérito,

to, o livro, ao longo de suas 115 páginas, proclama à(o) leitora(leitor) uma idéia: "quem sabe faz a hora, não espera acontecer". O livro conta a história e as histórias do movimento com suas protagonistas: é um trabalho que recupera o valor da vontade política que, não sendo puro voluntarismo, tem sido, entretanto, um valor fundamental para se pensar a mudança, seja ela em que nível for.

O comodismo do fim do século, tão ao gosto do pensamento conservador neoliberal, mascarado de vanguardismo pós-moderno, necessita enfrentar a história do século e das transformações fundamentais que nele ocorreram. O capital de um século de lutas não pode ser deixado de lado ou

deixar-se apropriar de forma irresponsável por fukuyamas e camilas da vida.

A *Revolução das Mulheres* está dividido basicamente em duas partes: na primeira, traça rapidamente a trajetória do feminismo enquanto movimento, a partir da *Revolução Francesa* até sua versão contemporânea no Brasil; na segunda, dá a palavra, através de entrevistas, a seis das mais importantes feministas brasileiras, quando estas falam de sua história enquanto feministas e de seus entendimentos sobre o movimento.

Na introdução do livro as autoras colocam-se de forma muito informal contando como de uma amizade duradoura nasceu a idéia do livro. O tom coloquial prepara a leitura agradável que se segue. Não é um livro acadêmico, não pretende sê-lo, dispensa bibliografias e discussões teóricas. Tem o objetivo de contar uma história, de refazer eles. As obras que envolvem uma proposta como esta são talvez as mais difíceis de serem escritas; os perigos de fugir do acadêmico e cair no superficial, de evitar o detalhe enfadonho e cair em um texto excessivamente rápido estão sempre presentes. As autoras não caem, pelo menos de forma a comprometer o livro, em nenhuma das duas armadilhas. Mesmo assim, dois problemas aparecem na introdução, que derivam do tipo de proposta. Primeiro, as autoras afirmam que contando a história do feminismo querem: "desmascarar concepções equivocadas que cercam o feminismo e as feministas tais como: o feminismo foi responsável pela dupla jornada; a mulher, hoje, está mais sozinha e infeliz, sem filhos ou com filhos de diferentes pais; a mulher só quer os direitos masculinos sem querer assumir as responsabilidades; o feminismo foi responsável pela crise da família e do casamento; feminismo é luxo de mulheres que não têm o que fazer, é coisa de mulheres lésbicas, feias e mal-amadas...".

A história é a história das lutas de poder, a luta por impo visões de mundo e através delas dominar. A luta feminista foi sem dúvida uma das que no século XX mais abertamente puseram em xeque estruturas de poder, relações de poder que por sua perenidade na história já estavam sendo vividas não como relações sociais mas como parte da natureza das coisas. Esta luta, como tantas outras, paga um preço alto. É ingenuidade, perigosa ingenuidade, pensar que se põe

em xeque estruturas de poder seculares sem reação. As autoras, no saudável afã de resgatar a história de muitas lutas e colocá-las expostas fora do âmbito dos iniciados, caem em um perigoso didatismo fazendo crer que o preconceito em relação ao feminismo é uma questão de informação equivocada. Não existem equívocos que devam ser esclarecidos através da boa informação, mas sim contra-discursos que reagem à ameaça e, muitas vezes, à efetiva transformação das relações de poder secularmente estabelecidas.

O segundo problema da introdução está novamente relacionado com a preocupação do não academicismo: "chegamos à conclusão de que gostaríamos de atingir o público mais amplo possível, homens e mulheres de diferentes gerações e classes sociais" (p. 14).

Ora, este é um país de analfabetos, que quando têm sorte de terem trabalho envolvem-se nele por até 14 horas por dia em troca de um salário de menos de 100 dólares. Este é um país em que os livros têm sua primeira edição, em torno de 3.000 exemplares, dificilmente esgotada. Este é um país onde um livro médio custa dez dólares, isto é, três dias de trabalho. Portanto, este é um livro, como todos os outros, escrito para uma minoria insignificante de consumidores deste tipo de bem. Com formato acadêmico ou sem ele, quem o lerá somos nós mesmas.

As ressalvas não invalidam o livro; sua leitura é agradável e útil. A primeira parte, sob o título "Retomando o fio da história", é uma retrospectiva sucinta do feminismo no mundo ocidental e no Brasil. Presta sem dúvida um serviço ao sistematizar informações. Em 30 páginas apresenta uma bem feita introdução à história do feminismo, muito útil certamente aos jovens pesquisadores que começam a interessar-se pelo tema e também aos cursos ministrados em nível de graduação sobre as relações de gênero. Carence, no entanto, a descrição do sentido do próprio fazer da história. Ao longo dos capítulos muitas vezes o leitor fica com a impressão de que aos poucos as estruturas de poder dominante reconheceram o valor do feminismo abrindo suas portas para ele. Isto não parece ter sido exatamente o que aconteceu. Na realidade todos os espaços que o movimento feminista e suas protagonistas conseguiram foram resultados de lutas árduas e resistências poderosas. A história não

permite linearidades, nada acontece em sucessão como parte da forma natural de ser. Contar a história do feminismo ou de qualquer outra luta social é mostrar as lutas pelas ocupações de espaços e as resistências dos vários grupos e interesses em jogo.

Na segunda parte do livro, sob o título de "Fala, Mulher" são reproduzidas entrevistas com seis feministas brasileiras: Heleleth Saffioti, Martha Suplicy, Heloneida Studart, Branca Moreira Alves, Rose Marie Muraro e Rosiska Darcy de Oliveira falam de suas histórias como feministas e de suas opiniões sobre diferentes temas relacionados com as mulheres. Esta é a parte mais rica do livro: sua leitura permite perceber a história de uma luta vivida por suas protagonistas. A forma coloquial como as entrevistas são conduzidas e como as respostas são dadas permitem uma rápida identificação entre as entrevistadas e a(o) leitora(lector). Mais do que na primeira parte, a história foi retomada, a vontade política de uma geração foi explicitada. As entrevistas são organizadas por temas, são ao todo 12 assuntos sobre os quais as feministas escolhidas dão sua opinião. O formato é feliz pois permite ao leitor perceber a diversidade de posições entre elas e ao mesmo tempo a firmeza dessas posições e um certo sentimento coletivo de dever cumprido. As entrevistas contam a história não de um feminismo, mas das formas como o movimento constituiu diferentes sujeitos feministas. Enquanto Branca Moreira Alves descobre o feminismo a partir de seu próprio corpo, Rose Marie Muraro declara que sempre entendeu o movimento feminista como um sindicato. Não seria correto afirmar que o conjunto das entrevistas dão conta da história do feminismo no Brasil, mas certamente sua leitura permite conhecer a experiência de uma geração fundamental na luta pelos direitos das mulheres no país.

Se, por um lado, a história das mulheres e suas lutas são fundamentais, e nisto o livro presta um grande serviço, por outro, deve-

se ter cuidado de não se cair em saudosismo ou numa exposição dos feitos de uma geração. Uma deliciosa passagem do depoimento de Rosiska é um bom exemplo deste delicado limite:

"Outro dia, fazendo um balanço do feminismo brasileiro, eu dizia a uma aluna de vinte e poucos anos que, todas as vezes que ela se sentasse para tomar um chope com uma amiga num bar, que ela agradecesse a mim, que brindasse a mim. Porque quando eu me sentava em 67, num bar, com uma amiga éramos convidadas a nos retirar, porque duas amigas sozinhas eram consideradas prostitutas. Nós nos segurávamos nas cadeiras e tinham que nos arrastar". (p.94).

Todas as mulheres que viveram a década de 60 como adolescentes ou como jovens identificam-se nas entrevistas e certamente ao lê-las teriam muitas outras histórias a contar. Para as que não viveram o período, para as mulheres jovens, não acredito que o caminho seja o brinde e o reconhecimento do quanto foi feito por elas, mas talvez seja urgente retomar a luta para que as novas gerações não tenham tanta certeza de que o chope no bar está conquistado para todo o sempre. Se contar a história é fundamental para enfrentar o comodismo do mundo em crise no fim do século, mostrar que esta história é um processo dinâmico de lutas talvez seja o maior antídoto para este mesmo comodismo.

Talvez muito das exigências que fiz ao livro de Moema e Miriam deva-se à necessidade que sinto enquanto cientista social de que as histórias dos movimentos sociais em geral e do feminismo em particular sejam recuperadas; que a memória não se perca e com ela as conquistas e, para que não dizer, as utopias que cada uma continha e contém. *A Revolução das Mulheres* abre um caminho que deve ser continuamente perseguido.

CELI REGINA JARDIM PINTO ■

O paradigma incômodo da igualdade universal

O Que é uma Mulher?

BADINTER, Elizabeth.

Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, tradução de *Qu'est-ce qu'une Femme?*, P.D.L. Editeur, 1989, de Maria Helena Franco Martins)

Diffícil dizer quem foi o primeiro, e quem será o último, a se perguntar "o que é uma mulher". E, talvez porque se coloque contra esta pergunta, uma das melhores respostas seja, tomando-a paradigmaticamente, a da personagem Marianne em *La femme gauchère*, de Peter Handke: "Pensez ce que vous voudrez. Plus vous croirez pouvoir parler de moi, plus je serai libre à votre égard. Parfois, il me semble que ce qu'on apprend de neuf sur les gens n'a déjà plus de valeur. À l'avenir, si quelqu'un m'explique comment je suis - et fût-ce pour me flatter ou me rendre plus forte -, je n'admettrai plus une telle insolence"¹.

Ou seja, o melhor é recusar tal pergunta. Mas se ela é feita ou se se a aceita, a resposta não é simples. Bem o sabia Simone de Beauvoir cuja primeira frase no seu livro *O segundo sexo* é: "Durante muito tempo eu hesitei em escrever um livro sobre a mulher"².

O livro *O Que é uma Mulher?* traz um debate travado no século XVIII, entre A L. Thomas, Diderot e Madame D'Epinay. Traz ainda um prefácio de Elizabeth Badinter que, organizadora da obra, contextualiza o texto de Thomas e os comentários dos outros autores no debate, Diderot e D'Epinay. Badinter também situa e comenta os autores e o debate.

A pergunta que dá título ao livro causa, hoje, um certo mal-estar.

Na recente literatura sobre gênero encontramos, muitas vezes, uma crítica aos chamados "estudos sobre mulheres" que,

pelo seu caráter identitário, culminariam na constituição de uma teoria parcial. Os impasses epistemológicos dos estudos sobre a mulher teriam advindo da redução do horizonte compreensivo aos limites da categoria empírica, e deste caráter identitário com que estes estudos referem-se à mulher. Por outro lado, uma das críticas aos estudos de gênero afirma a sua incapacidade de compreensão dos sujeitos concretos.

Diffícil negar a importância destas críticas, inclusive pelo que explicitam: o embate entre distintos campos epistemológicos.

O mal-estar provocado pela pergunta "o que é a mulher" advém, além do seu caráter essencialista, dos impasses provocados por estas, relativamente recentes, tendências teóricas, e que têm consequências não desprezíveis no campo do feminismo.

Sem querer reduzir a complexidade deste embate teórico, não seria um tanto óbvio, quando se fala em gênero, considerar que a mulher é uma categoria, entre outras, que a distinção de gênero formula? Quando se fala em gênero há um alargamento do campo categórico e de sentidos. As categorias "mulher" ou "homem" recobrem, no meu entender, um campo de referências mais restrito que as categorias masculino e feminino, e as primeiras poderiam ser consideradas como partes das segundas. Desta forma, não haveria oposição, exclusão ou substituição (mulher e/ou gênero, gênero por mulher) mas gênero seria um instrumento que mapeia um campo específico de distinções, aquele cujos referentes falam da distinção sexual. Quer onde estejam sujeitos concretos, substantivos, homens e mulheres, quer onde nem mesmo se encontram estes sujeitos. Mas não é esta a questão do debate no século XVIII.

No discurso filosófico do século XVIII, já se disse, estariam embutidos os discursos da antropologia e da história³. Por um lado, a preocupação com os costumes, usos e cren-

¹ HANDKE, Peter *La Femme Gauchère*, Paris Gallimard, 1978, p 33-34

² BEAUVOIR, Simone de *Le Deuxième Sexe* Paris Gallimard, 1949.

³ Ver, por exemplo, DUCHET Michèle *Anthropologie et Histoire au Siècle des Lumières* Paris Flammarion, 1971, *Le Partage des Savoirs* Paris La Découverte, 1985

ças de povos diferentes no espaço e no tempo, e por outro a idéia de homem universal sob leis naturais. A tensão, da qual somos herdeiros, entre particularidades e universalidade, diferenças e semelhança. A Razão e/ou Natureza, os costumes; o Homem, os homens; os civilizados, os selvagens.

O livro *O Que é uma Mulher?* tem o mérito de nos colocar diante de um debate que explicita esta tensão através de outra particularidade: as mulheres. Na verdade, o título do livro não faz justiça ao seu tema; coloca no singular (*O Que é uma Mulher?*) o que o texto põe do debate, o de Thomas, coloca no plural (*"Ensaio sobre o caráter, os costumes e o espírito das mulheres nos diferentes séculos"*).

Thomas, com um método etnográfico e histórico, no velho estilo, nos convida, com "uma coletânea de observações e fatos", a conhecer "o que as mulheres foram, o que são e o que poderiam ser"⁴. Foram, adoradas e oprimidas; deveriam ser, capazes de tirar o maior partido das qualidades dominantes em cada época e evitar os defeitos, salvar sua razão e seu coração, e "arriscando-se a desagradar, soubesse, em sua casa e fora dela, conservar sua estima pela virtude, seu desprezo para com o vício, sua sensibilidade para com a amizade e, apesar do desejo de ter um amplo círculo social, no meio desse mesmo círculo, tivesse a coragem de defender um modo de pensar tão extraordinário, e a coragem ainda maior de sustentá-lo" (p.115-116).

O texto de Thomas foi publicado em março de 1773. A resposta de Diderot é publicada em 1774.

O ensaio de Diderot, "Sobre as Mulheres"⁵, caracteriza-se pelo tom irônico: "Gosto de Thomas. Respeito a altivez de sua alma e a nobreza de seu caráter. É um homem de muito espírito, é um homem de bem; portanto não é um homem comum..."; e: "Eu teria escrito com menos imparcialidade e sabedoria, mas me teria ocupado com mais interesse e calor do único ser da natureza que nos devolve sentimento por sentimento, e que fica feliz com a felicidade que nos proporciona...(...). Mas ele quis que seu livro não fosse de nenhum sexo, e infelizmente foi o

que conseguiu, até bem demais; é um hermafrodita que não tem nem a energia do homem nem a languidez da mulher" (p.119).

Dominada por seus órgãos a cabeça das mulheres ainda falaria a linguagem dos sentidos, nos diz o autor que chega a exclamar: "Oh, mulheres! sois crianças bem extraordinárias!" (p.124).

Ao contrário dos dois textos anteriores, madame D'Épinay não publica seus comentários sobre o ensaio de Thomas. Ela o faz em uma carta, privada, ao abade Galiani. Crítica-lhe o estilo, atribuindo-lhe, entre outros adjetivos, o de pedante e monótono. Com relação ao conteúdo toma vários de seus pontos e os discute. A síntese de seus argumentos, contrários aos de Thomas, está no final: "É bem evidente que os homens e as mulheres têm a mesma natureza e a mesma constituição. A prova disso é que as mulheres selvagens são tão robustas e ágeis quanto os homens selvagens; assim a fraqueza de nossa constituição e de nossos órgãos pertence certamente à nossa educação, e é uma consequência da condição que nos destinaram na sociedade. Os homens e as mulheres, tendo a mesma natureza e a mesma constituição, são susceptíveis dos mesmos defeitos, das mesmas virtudes e dos mesmos vícios" (p.137-138).

A igualdade sendo natural, a diferença estaria no artificialismo social: "Certamente seriam necessárias várias gerações para nos recolocar tais como a natureza nos criou. Poderíamos talvez sair vencedoras; mas os homens perderiam demais. Ficam bem felizes por não sermos piores do que somos, depois de tudo o que fizeram para nos desnaturar por suas belas instituições, etc". (p.138).

Nem igualdade natural, nem social, mas desigualdade, natural e social, para Thomas. Para ele, no que se refere às mulheres, o mal não está apenas na sociedade: "A sociedade ainda aumenta, para elas, os males da natureza" (p.37). Não há nem mesmo o elogio aos "selvagens", no que se refere ao tratamento dado às mulheres: "as mulheres são entre os índios, o que os ilotas eram entre os espartanos, um povo vencido, obrigado a trabalhar para os vencedores" (p.38).

Os termos do debate - desigualdade natural e/ou social; igualdade natural, diferença social - constitutivos do pensamento da época são explicitados, e desafiados, no tratamento do tema "mulheres". O que con-

⁴ THOMAS, A. Da influência das sociedades sobre o caráter das mulheres. In: *O Que é uma Mulher?*, p. 40.

⁵ Correspondance Littéraire, abril de 1774.

tribui para desautorizar a hierarquia, ainda não inteiramente abandonada, entre temas maiores e menores, mais ou menos relevantes. Mesmo porque, as questões colocadas - e que ainda constituem um desafio - mostram-se particularmente interessantes exatamente ao referirem-se não apenas às distantes e exóticas diferenças, a dos "selvagens". Este é um dos méritos do texto de Thomas. O que torna ainda mais curiosa sua discussão com Montaigne, porque este afirmara a incapacidade das mulheres à amizade.

Mas também o texto de Diderot é importante: porque explicita como pensadores brilhantes sobre os outros temas se comportam quando se trata de pensar questões que os atingem de forma tão próxima, e que tendem a ser consideradas "menores". Neste caso, ao desqualificar o autor, e seu tema, Diderot apenas exemplifica o que diz Thomas, e pode ser considerado como paradigmático de atitudes ainda não muito distantes de nós.

O debate é fascinante. E instigante. Por exemplo, reconhecer o que incomoda no texto de Thomas, e aliás incomoda em muitos dos escritos sobre mulheres nas décadas passadas (ou de algumas "feministas" tardias ainda muito recentemente): o tom de comiseração, de piedade, de vitimização.

Um exercício interessante é trocar os estilos e lugares: ler o conteúdo de Thomas com o "espírito" de Diderot. Ou ler Madame d'Épinay onde Diderot publicou seu polêmico e irônico ensaio

O parágrafo final de Badinter incomoda. Não pela sua defesa da Igualdade universal, e da razão universal, mas pelo artificialismo e otimismo quando afirma que "... nós, mulheres, estamos definitivamente integradas na humanidade, adultas e emancipadas" (p.34). Artificialismo pelo "nós mulheres" e otimismo pela "integração", pois, não só no que se refere às mulheres, a "humanidade" não tem dado mostras desta integração. Incomoda principalmente porque situar um debate de séculos anteriores não deveria ter como conclusão final afirmar os seus próprios termos. Badinter termina onde as questões contemporâneas começam: no estatuto das diferenças, e nas suas relações, uma vez afirmado o princípio da Igualdade universal. Sem falar que este princípio ainda não fez o milagre que muito esperamos dele.

SUELY KOFES ■

Registros

Prostituição em Destaque

Cette Violence Dont Nous Ne Voulons Plus - Prostitution. Número especial do boletim da Association Européenne Contre Les Violences Faites Aux Femmes Au Travail, nº 11-12, março de 1991, Bruxelas.

O boletim da ANEF é uma publicação tradicional do feminismo combativo francês. Neste número, sob o título de Cette Violence Dont Nous Ne Voulons Plus, a prostituição é o tema central. O Brasil ganhou destaque especial no artigo "Prostituição Infantil no Brasil". Rennée Bridel e Jean-Paul Colombo, autores da pesquisa, afirmam que nas áreas de prostituição do país, meninas de três a oito anos são expostas a atentados sexuais. Na sociedade brasileira, explicam, existem duas regras básicas no relacionamento mulher-homem: a mulher deve ser virgem antes do casamento, enquanto o homem deve usufruir ao máximo de sua liberdade sexual, com o fim de manter o culto da virilidade masculina. A soma dessas características acarreta abusos sexuais sofridos por muitas crianças. Os números apresentados pelos autores no documento não são alentadores. Nas zonas de prostituição, meninas de três anos são expostas à brutalidade sexual, aos seis são seviciadas e de oito em diante já mantêm relações sexuais completas. Ao atingir doze anos estão prostituídas. A pesquisa foi feita em Recife, Lages (Santa Catarina), Rio Grande do Sul, zona do garimpo na Amazônia e Mato Grosso.

Além do artigo sobre a prostituição infantil no Brasil, o boletim da ANEF conta com outros 13 textos. Nestes, são abordadas diversas questões relacionadas ao tema, como o tráfico de mulheres, a prostituição sagrada na Índia e depoimentos de ex-prostitutas francesas e norte-americanas

Pensando Novos Direitos

Pensando Nossa Cidadania - propostas para uma legislação não discriminatória. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Brasília, 1993.

Em 1962, a mulher casada era considerada, segundo seu estatuto, incapaz de participar de certos atos da vida civil, tal como os jovens maiores de 16 e menores de 21 anos. Nos últimos 20 anos, o movimento feminista conquistou direitos essenciais para a formação da mulher cidadã, como a estabilidade da gestante desde o início da gravidez até cinco meses após o parto. Em *Pensando Nossa Cidadania: proposta para uma legislação não discriminatória*, uma coletânea de seis textos, líderes do movimento na área do direito apresentam novos projetos de lei em diversas áreas.

No primeiro artigo, a violência e a discriminação da mulher na área civil são analisadas, enquanto no segundo o mesmo tema é abordado sob o ângulo penal. No terceiro capítulo, são apresentadas questões relativas ao trabalho feminino no meio urbano, rural e doméstico e sua relação com a previdência social. Saúde e direitos reprodutivos são assuntos tratados no quarto artigo e a qualificação profissional da mulher é abordada no texto seguinte. Por último, as autoras examinaram a temática da educação infantil.

Pensando Nossa Cidadania, mais do que uma coletânea de propostas, é um documento valioso para subsidiar discussões no campo parlamentar, além de constituir uma peça de divulgação das idéias do movimento de mulheres na formulação de leis que garantam iguais direitos entre os sexos e novos direitos específicos.

Participam da coletânea: Sílvia Pimentel, Marlene Libardoni, Malô Simões Lopes Ligoeki, Eleonora Menicucci de Oliveira, Sara Sorrentino, Zuleide Araújo Teixeira, Fúlvia Rosemberg, dentre outras. A publicação tem o apoio da Fundação Ford, UNICEF, FLACSO e NEPEM.

Política de Educação Feminina

Os dados colhidos pela Seção de Educação da UNICEF são, pelo menos, alarmantes. Em 1990, segundo o órgão, 130 milhões de crianças, em todo o planeta, não tinham acesso à educação primária. Desse contingente, 62%, ou seja, cerca de 81 milhões, eram de meninas em idade de aprendizagem. Para corrigir essa desigualdade, a UNICEF criou o programa Estratégias para Promoção da Educação de Meninas, publicado em junho de 1992 pela Seção de Educação da organização.

Segundo o documento, o analfabetismo acarreta graves deformações no desenvolvimento econômico e social dos países. A economia informal é o primeiro setor afetado, seguido pelo planejamento familiar. Além disso, o documento destaca que nas sociedades onde as mulheres são alfabetizadas, os casamentos são realizados tardiamente implicando na formação de famílias menos numerosas.

O programa da UNICEF pode ser conseguido no seguinte endereço: The United Nations Plaza, New York, 10017, USA. Tel: 001-212-326-7142.

revista estudos feministas

revista estudos feministas

é uma revista acadêmica, de caráter pluridisciplinar, que tem por objetivo ampliar o campo dos estudos de gênero no Brasil

revista estudos feministas

é um projeto coletivo, de iniciativa da comunidade científica envolvida com a reflexão sobre as relações entre os sexos nos mais diferentes campos e disciplinas

revista estudos feministas

é um canal de expressão do movimento feminista e dos movimentos de mulheres em geral, na luta contra as discriminações sexistas e pela afirmação de um conhecimento de gênero.

revista estudos feministas

é semestral (abril e outubro) e está aberta a colaborações na forma de artigos, resenhas, ensaios e dossiês. Informações de interesse geral sobre o tema serão divulgadas na rubrica agenda. O número zero já está disponível (outubro 92).

A S S I N A T U R A S

2 números

Nacional Cr\$ 500.000,00
Internacional . . . U\$35,00
Internacional (Institucional) U\$50,00

Envie cópia do cupom abaixo com cheque nominal para

revista estudos feministas

CIEC/ECO/UFRJ

Av. Pasteur, 250 - fds 22290 - 240 Urca - RJ Brasil

Tel.: 55-21- 275 1647

Assinante:

Endereço:

Estado

CEP.

Cidade

País.

Telefone DDI

Fax